

Universidade de São Paulo
Escola de comunicações e artes
Curso de Turismo

Leticia Machado Camargo

As lutas da comunidade LGBTQ+ e seus reflexos na divulgação turística da cidade
de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo
2021

Leticia Machado Camargo

As lutas da comunidade LGBTQ+ e seus reflexos na divulgação turística da cidade
de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Turismo ao Departamento de
Relações Públicas, Propaganda e Turismo da
Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Débora Cordeiro Braga

São Paulo
2021

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha querida mãe, Ana Cristina Machado, que apesar de todas as dificuldades, não mediu esforços para que eu pudesse ter acesso a uma educação de qualidade. Minha amada mãe, que falta você me faz. Não há um dia sequer que eu não pense em você, e em todo carinho e amor que me deu durante o tempo em que estivemos juntas. Agradeço por ter me feito uma mulher independente, por ter buscado o melhor para nós e por ser minha melhor amiga, incentivando a empatia, educação e respeito que hoje permanecem em mim junto a imensa saudade. Gratidão e amor eterno.

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai, Antônio Carlos, que apesar dos contratempos, sempre esteve presente, me apoiando em todos os momentos e em todas as minhas decisões.

Agradeço à minha tia Fernanda, que compartilha comigo o amor e a enorme saudade, sendo minha inspiração na área acadêmica, e que é tão ativa na luta por uma educação de qualidade a todos, sobretudo aos grupos minoritários.

Também agradeço à Mayara Akemi, minha companheira de vida, que tem me apoiado e acreditado em mim mesmo quando eu mesma não acredito, sem ela muitas coisas não seriam possíveis. Gratidão pela família linda que construímos.

Aos meus queridos amigos, obrigada por resistirem e por lutarem por um mundo melhor, a vida é mais divertida quando compartilhada com pessoas tão iluminadas como vocês, obrigada pela amizade.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Debora Cordeiro Braga, agradeço imensamente todo o carinho e conhecimento compartilhado durante os anos da graduação, especialmente na elaboração desse trabalho de conclusão de curso. Obrigada pelo total apoio e impecável orientação.

Resumo

Esta pesquisa buscou compreender a história da população LGBTQ+ brasileira, sobretudo os atos que ocorreram na cidade de São Paulo e que deram origem à Primeira Parada do Orgulho LGBTQ+ da capital paulista. Após a compreensão acerca das especificidades dessa comunidade, buscou-se analisar e refletir sobre o planejamento e discursos utilizados pelas instituições de turismo para a promoção desse segmento na capital, analisando-os através do potencial transformador que o turismo pode alcançar, visando o desenvolvimento humano, e considerando a conscientização social e o discurso como ferramenta para construção de um mundo melhor.

Palavras-chave: Turismo; LGBTQ+; Conscientização; Turismo LGBTQ; Parada do Orgulho.

Abstract

This research sought to understand the history of the Brazilian LGBT+ population, especially the acts that took place in the city of São Paulo and that gave rise to the First LGBT+ Pride Parade in the city of São Paulo. After understanding the specifics of this community, this research analyzes and reflects on the planning and communication used by tourism institutions to promote this segment in the capital, analyzing them through the transformative potential that tourism can achieve, aiming at human development, and considering social awareness and communication as a tool for building a better world.

Keywords: Tourism, LGBT+; Awareness; LGBT Tourism; Pride Parade.

Lista de siglas

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais.
APOGLBT SP - Associação da Parada do Orgulho de São Paulo
GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais
SPTURIS - São Paulo Turismo
GALF - Grupo de Ação Lésbica Feminista
GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes
SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo
MNU - Movimento Negro Unificado
GGB - Grupo Gay da Bahia
EGHO - Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
EBHO - Encontro Brasileiro de Homossexuais
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
ONG - Organização Não Governamental
IGLA - Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex
EBGLT - Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
GLT - Gays, Lésbicas e Travestis
ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
SUS - Sistema Único de Saúde
CNI - Conselho Nacional de Imigração
MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANS - Agência Nacional de Saúde
PNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate a Discriminação
STF - Supremo Tribunal Federal
MEC - Ministério da Educação
RG - Registro Geral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
DPU - Defensoria Pública da União

CNJ - Conselho Nacional de Justiça
OMT - Organização Mundial do Turismo

Lista de figuras

Figura 1 - Primeiro ato público organizado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) no dia da Consciência Negra, em 20/11/1979. Praça Ramos de Azevedo, São Paulo/SP	20
Figura 2 - Primeiro ato público organizado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) no dia da Consciência Negra, em 20/11/1979. Praça Ramos de Azevedo, São Paulo/SP	21
Figura 3 - Boletim Chanacomchana	24
Figura 4 - São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti, Trevisan, julho 1980	25
Figura 5 - Passeata contra a repressão policial do delegado José Wilson Richetti, evento lembrado como a primeira mobilização pública do movimento LGBT no Brasil, em 14 de junho de 1980	26
Figura 6 - Manifestação contra a violência contra as mulheres lésbicas, 19 de agosto de 1983	29
Figura 7 - Boletim Chanacomchana	29
Figura 8 - Marcha em Copacabana, Rio de Janeiro, 26/06/1995	33
Figura 9 - Manifestação ao final do IX EBGLT. Primeira passeata exclusivamente homossexual da cidade de São Paulo e embrião da I Parada do Orgulho GLT, 1997	35
Figura 10 - Primeira Parada do Orgulho de São Paulo, 1997	36

Figura 11 - Convite para a Parada do Orgulho GLT, 1997	37
Figura 12 - Bandeira LGBT na Primeira Parada, São Paulo, 1997	38
Figura 13 - Folder da II Parada do Orgulho de São Paulo, 1998	39
Figura 14 - <i>The 78ers, the first Mardi Gras</i> , 2018	43
Figura 15 - <i>The first Mardi Gras, Still Out and Proud</i> , 2018	43
Figura 16 - Página 25 do guia da diversidade de São Paulo	55
Figura 17 - Página 31 do guia da diversidade de São Paulo	55
Figura 18 - Plano de saúde LGBT na página 19 do guia da diversidade	56

Lista de tabela

Tabela 1 -Temas das Paradas do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo	40
--	----

Sumário

1. Introdução	12
1.2. Justificativa	14
1.3. Objetivos	15
1.4. Metodologia	16
1.5. Referencial Teórico	17
2. Contexto histórico do movimento LGBTQ+ no Brasil: da construção do sujeito LGBTQ+ à Primeira Parada do Orgulho de São Paulo	18
3. Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo	32
3. 1. Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo e sua contribuição turística	42
4. Direitos conquistados pela comunidade LGBTQ+:	45
5. Contribuições do turismo à comunidade LGBTQ+	53
6. Turismo como comunicador social	58
7. Considerações finais	60
8. Referências	62

1.Introdução

A Cidade de São Paulo recebe desde 1997 a Parada do Orgulho LGBT - (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais), (APOGLBT¹, 2021), que segundo levantamento realizado pelo Observatório da Secretaria Municipal de Turismo (2019) ocorre anualmente na Avenida Paulista, e em 2019 teve sua 23ª edição que reuniu um público de mais de três milhões de pessoas e movimentou R\$ 403 milhões na economia da cidade de São Paulo², consolidando-se como um dos eventos mais importantes da cidade (Observatório de Turismo, 2019).

Considerando a importância social e o atual impacto turístico do movimento LGBT na cidade de São Paulo, é necessário entender que nem sempre foi assim. A comunidade LGBT+ sofre constantemente perseguições e é alvo de ataques de ódio, e no passado recente essa repressão foi ainda mais intensa e incisiva, e se hoje pode-se comemorar abertamente o Orgulho LGBT+ na maior metrópole do Brasil, foi porque na História LGBT+ brasileira houve pessoas e grupos que fizeram isso pela primeira vez, e arcaram com as consequências de levantar a bandeira quando ninguém mais o fazia. Assim como a “Revolta de *Stonewall*”³, que foi um importante marco para a conquista de direitos LGBT+ nos Estados Unidos, no Brasil também houve grandes atos e mobilizações sociais que são pouco mencionadas e reconhecidas como parte da História LGBT+ brasileira, sobretudo pelo olhar turístico, e que foram essenciais para a conquista dos direitos e visibilidade que a comunidade hoje possui.

Sabe-se que durante governos autoritários, há o risco iminente de retrocessos de direitos conquistados, pois com a democracia fragilizada não há instituições de controle do poder político, muito menos a participação social nas estruturas de poder,

1 Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

2 Segundo o Observatório de Turismo e Eventos, 2019.

3 Considerado um marco para a comunidade LGBT ocidental, *A Revolta de Stonewall* ocorreu em 28 de junho de 1969 no bar chamado *Stonewall Inn*, localizado em Nova York. Até final de 1960, ser homossexual era considerado crime nos Estados Unidos, e o “homossexualismo” era considerado uma doença, sofrendo tratamentos psiquiátricos intensivos, com choque, castração e lobotomia (BAUSUM, 2015). Comandado pela máfia, o *Stonewall Inn* era considerado um templo dos homossexuais (CARTER, 2005), mas a polícia costumava fazer batidas frequentes no bar com o objetivo de recolher propina e subornar os frequentadores e donos. Neste dia, a polícia agrediu os frequentadores do bar e prendeu 13 pessoas, mas pela primeira vez, a comunidade reagiu de volta aos ataques da polícia, e diversos grupos se organizaram e manifestaram durante os dias seguintes contra violência policial e pelo direito de existir, reunindo mais de 2 mil pessoas com bandeiras de “*Poder Gay*” e “*Igualdade para Todos*”, dando início a grande rebelião conhecida como *A Revolta de Stonewall*, e devido a essa rebelião Junho é considerado o mês do Orgulho LGBT+ em diversos países, inclusive Brasil.

e por esse motivo faz-se necessário uma maior compreensão de que essa luta ainda não acabou, e que a comunidade LGBTQ+ deve manter-se articulada e ciente de que os direitos recentemente conquistados estão sendo constantemente ameaçados.

Portanto, considerando as constantes violências sofridas pelos LGBTQ+ e sua incessante luta para conquista e manutenção de direitos, faz-se necessário analisar a abordagem dos órgãos de turismo acerca desse segmento, tanto sobre seu planejamento, como também sobre a forma que vem sendo divulgado. A partir disso, é necessário refletir sobre a responsabilidade social do turismo, sobretudo voltada à construção de consciência e emancipação dos indivíduos. Segundo Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017), em sua pesquisa sobre o papel do turismo no desenvolvimento humano, evidenciam que são os indivíduos conscientes aqueles preparados para participar da gestão de suas sociedades e assegurar o bem-estar das gerações futuras, destacando o turismo como agente conscientizador, e, portanto, criador de autonomia, capaz de levar as pessoas a resistirem à opressão imposta pelos discursos dominantes. Essa abordagem relaciona-se com a proposta inicial da realização da Parada do Orgulho, que surgiu a partir da ação de movimentos sociais, sobretudo da comunidade LGBTQ+, que teve como objetivo principal o combate aos discursos hegemônicos, contra a violência e a favor da inclusão dessa parcela da população nos debates de direitos humanos, portanto, oposta aos discursos dominantes e opressores.

Para Pinto (2008), a educação para a autonomia do indivíduo, proposta por Paulo Freire, deve ser aplicada ao lazer, e segundo Freire (1967), a conscientização sociopolítica é tida como contraponto às desigualdades sociais, apontando que o discurso pode deixar de ser um veículo das ideologias alienantes para tornar-se o instrumento de transformação do homem e da sociedade. Logo faz-se necessário refletir sobre os discursos utilizados pelo turismo na divulgação do segmento LGBTQ+, e abordar seu potencial conscientizador, e, portanto, emancipador dos indivíduos, visando a construção de um mundo melhor para as gerações atuais e futuras (FAZITO, et al, 2017).

1.2. Justificativa

O turismo pode ser um importante aliado para potencializar o pensamento crítico e a ampliação de consciência, assim como também pode sobrepor-se às questões sociais e voltar-se majoritariamente para a mercantilização dessas dinâmicas. Ao buscar informações sobre o turismo LGBTQ+ na capital paulista, percebe-se a predominância de materiais voltados somente ao retorno financeiro que a comunidade proporciona ao turismo, e ausência de reflexões sobre o que o turismo tem oferecido de volta a essa parcela da população.

A comunidade LGBTQ+ sofre constantemente ataques de ódio, e o Brasil é considerado o país que mais mata homossexuais no mundo (GRUPO GAY DA BAHIA, 2020). Então busca-se refletir se o turismo LGBTQ+, que hoje movimenta milhões na economia, tem tratado essa comunidade com a seriedade e respeito que merece, considerando sua história e particularidades, acima de sua mercantilização.

Um dos entendimentos mais significativo que o turismo deve incorporar é a compreensão de todas as particularidades do segmento que busca promover, com o objetivo de alcançar um potencial mais profundo de contribuição, empenhando-se na melhoria da vida da comunidade local, acima de seus interesses financeiros. Esta área de conhecimento se entrelaça com a sociedade, e permite dar visibilidade ao papel do turismo na construção de consciência e emancipação dos indivíduos. Para isso, faz-se necessário compreender os aspectos históricos e sociais vivenciados pela comunidade LGBTQ+, a fim de refletir, com conhecimento de causa, sobre as atuais abordagens feitas por empresas do setor turístico acerca desse grupo social, e se essas consideram as especificidades da comunidade na divulgação e promoção, sobretudo da Parada do Orgulho LGBTQ+, que atrai milhares de pessoas, anualmente, para a cidade de São Paulo, e possui um importante alcance social e midiático.

Espera-se que a reflexão abordada nesta pesquisa possa contribuir para o aproveitamento do turismo como aliado da causa social LGBTQ+, e não apenas como explorador do movimento, visando seu potencial mais profundo de contribuição com o objetivo de construção de um mundo melhor.

1.3. Objetivos

O objetivo da presente pesquisa é analisar as relações do turismo com a comunidade LGBTQ+. Muitas vezes a mercantilização sobrepõe-se às questões sociais, fazendo com que seja necessária uma reflexão profunda sobre as especificidades do grupo, sobretudo quando se trata de grupos em situação de vulnerabilidade ou que sofrem com a violência. A partir da compreensão dos aspectos socioculturais que abrangem o grupo em questão, é necessário examinar a abordagem turística com responsabilidade, explorando o turismo como agente comunicador e seu papel na articulação do desenvolvimento humano, especialmente quando há um grande retorno financeiro e pouco reconhecimento do que esse grupo representa no âmbito social. Também se faz necessário analisar a abordagem dos órgãos de turismo acerca desse segmento, tanto sobre seu planejamento, como também sobre a forma que vem sendo divulgado.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar a potencialidade do material de divulgação da SPTuris para promover reflexões e transformações de atitudes de turistas a partir da adequada divulgação das causas e percurso da luta da comunidade LGBTQ+. Para isso, será feita uma breve contextualização da história LGBTQ+ brasileira, especialmente os acontecimentos que foram essenciais para a conquista de direitos inerentes à essa comunidade, e os atos que originaram a primeira Parada do Orgulho de São Paulo, pois somente a partir da compreensão da história, é que é possível refletir sobre a adequação ou inadequação da atual abordagem turística referida a esse grupo. Análises estarão direcionadas à responsabilidade social do turismo, sobretudo voltada à construção de consciência e emancipação dos indivíduos no desenvolvimento humano, voltado à comunidade LGBTQ+.

1.4. Metodologia

Dado o atual aproveitamento turístico do fluxo promovido pela Parada do Orgulho de São Paulo, entende-se necessária uma maior compreensão sobre a história do movimento LGBTQ+ brasileiro, sobretudo da origem da Parada do Orgulho de São Paulo, para analisar com fundamentação histórica a atual abordagem do turismo acerca dessa comunidade. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica dos principais pesquisadores da história LGBTQ+ brasileira, entre eles Facchini (2003, 2005, 2018), Quinalha (2014, 2018) e Green (2000, 2012, 2014, 2018), abordaremos detalhes sobre essas obras no próximo capítulo, e o critério utilizado para escolha dos mesmos foram obras que tivessem como assunto principal uma contextualização acerca da história LGBTQ+ brasileira.

A partir da compreensão da história LGBTQ+ brasileira, sobretudo os eventos ocorridos em São Paulo, foram analisados os materiais de publicidade e divulgação distribuídos pela São Paulo Turismo (SPTuris) acerca do turismo LGBTQ+ da capital, e também as ações de organização e elaboração do evento promovidos pela Associação responsável pela Parada do Orgulho (APOGLBT-SP).

Após a análise dos discursos promovidos pela SPTuris⁴ e APOGLBT, a presente pesquisa refletiu acerca do potencial do turismo na construção de consciência utilizando a obra *O Papel do Turismo no Desenvolvimento Humano* dos autores Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017), e também do pensamento de Paulo Freire em *'Educação como Prática da Liberdade'* (1967).

Com base nessas discussões, discutiu-se sobre a responsabilidade social do turismo como agente comunicador, e seu potencial para o desenvolvimento humano através do alinhamento aos preceitos da comunidade, com objetivo comum na formação de consciência e autoconhecimento individual e coletivo, através do resgate histórico dessas dinâmicas, para aliar-se a comunidade na construção de um mundo melhor para as gerações atuais e futuras.

⁴ Órgão da gestão municipal responsável por ações de planejamento, organização e gestão do turismo na cidade de São Paulo.

1.5. Referencial Teórico

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em dois tópicos principais: turismo e seu potencial transformador, e história do movimento LGBTQ+ no Brasil.

Referente ao turismo e seu potencial transformador, foi utilizado o artigo ‘O Papel do Turismo no Desenvolvimento Humano’ dos autores Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017), para uma melhor compreensão acerca do potencial do turismo na contribuição da conscientização, da autonomia e, portanto, das liberdades individuais e coletivas, que possibilitam os sujeitos a exercerem cidadania. Essa publicação se relaciona com a presente pesquisa pois associa o turismo ao seu potencial transformador, buscando dissociar-se de aspectos voltados somente para a geração de renda, e focar no aspecto mais abrangente do turismo, como seu potencial de conscientização voltada ao desenvolvimento humano, com o objetivo de um mundo melhor.

Para aprofundar o entendimento acerca dessa temática, foi utilizada a obra ‘Educação como Prática da Liberdade’ do Paulo Freire (1967), que defende a conscientização sociopolítica como contraponto às desigualdades sociais, e sobre como os discursos e narrativas podem ser um instrumento de transformação do homem e da sociedade. Essa abordagem nos auxilia a analisar o potencial dos discursos e narrativas utilizadas para promoção do turismo LGBTQ+ da capital paulista, sobretudo se este tem sido utilizado de maneira responsável e considerando todas as especificidades desse segmento, que não deve ser olhado somente pelo seu potencial de gerar lucro, já que se trata de uma comunidade ampla e repleta de particularidades.

De forma a mapear as principais discussões acadêmicas acerca das especificidades desse grupo social, foi feita uma pesquisa bibliográfica para colher dados sobre os principais pesquisadores sobre a história LGBTQ+ brasileira, para isso foram analisadas três obras de Regina Facchini: ‘Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90’ (2005), ‘Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico’ (2010) e ‘Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTQ’ (2018), que exploram os aspectos históricos e sociais do movimento nos últimos anos. Outro importante pesquisador acerca da história LGBTQ+ é James Green,

que tem algumas publicações acerca do tema, 'Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX' (2000) e 'Homossexualidades e a História: Recuperando e entendendo o passado' (2012). James Green também tem obras conjuntas com o pesquisador Renan Quinalha, 'Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade' (2014) e 'História do Movimento LGBT Brasileiro' (2018), que abordam a história LGBT+ brasileira durante a ditadura militar, e suas mudanças e transformações após esse período. Foi necessário buscar diversas fontes para essa contextualização histórica devido aos múltiplos olhares que o movimento possui, buscando se dissociar de apenas um ponto de vista acerca dessa história tão ampla.

Nessa pesquisa será utilizado a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais) para se referir a essa comunidade, pois foi a sigla utilizada nas três conferências brasileira LGBT, e adicionaremos o +, responsável por englobar todos os outros aspectos de gênero, sexualidade e condições biológicas não correspondentes ao padrão heterossexual e cisgênero.

2. Contexto histórico do movimento LGBT+ no Brasil: da construção do sujeito LGBT+ à Primeira Parada do Orgulho de São Paulo

Neste capítulo contextualiza-se a origem da Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo, abordando os principais acontecimentos históricos que sucederam sua realização. Para isso, apresenta-se alguns fatos que circundam o surgimento do movimento LGBT+ no Brasil, para melhor entendimento das circunstâncias da realização da primeira Parada do Orgulho de São Paulo, que deu origem ao megaevento que ocorre atualmente, movimentando o turismo da capital paulista.

Não será possível fazer uma constituição profunda acerca da formação do sujeito político LGBT+ brasileiro, pois são registradas no Brasil desde o período da colonização indígena, a perseguição dos sujeitos LGBT+, na tentativa de estabelecer a heterossexualidade como parâmetro único, através da imposição violenta de incorporação do indivíduo ao sistema hegemônico e eurocêntrico. Segundo Camargos (2018), o Estado brasileiro tem uma tradição de golpes e violências contra a democracia e contra corpos dissidentes que marcaram a história brasileira desde a

colonização, e mesmo após a proclamação da república, os sucessivos golpes continuaram até o século XXI.

Nos registros da história LGBT+ brasileira, durante anos de 1960, destacam-se algumas publicações como as do jornal Snob⁵, que funcionou de 1963 à 1969 (COSTA, 2010), e da Associação Brasileira de Imprensa Gay, que segundo Green (2000) esteve ativa de 1967 à 1968, assim como relatos sobre alguns encontros de pequenos grupos. Porém segundo Facchini (2003), essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuía uma atuação qualificada pelos militantes como “não-politizada” por estar exclusivamente voltada para a sociabilidade. Mas mesmo que não tenham tido atuações efetivamente políticas, esses encontros e a divulgação de conteúdos informativos fizeram parte do importante processo de criação de identidades e resistências, e em tempos de repressão viver suas identidades é um ato político.

Facchini (2003) menciona que a fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta política da homossexualidade surgiu em 1978, e foi o grupo SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo, primeiro coletivo organizado no país, que buscava a inserção dos homossexuais na sociedade e em defesa dos direitos da comunidade LGBT+. O grupo surgiu em agosto de 1978 e organizou uma reunião ampliada para outros homossexuais, no Teatro da Praça, no bairro de Santa Cecília, em São Paulo (Figari, s/a)⁶.

Segundo MacRae (1985), a fundação do grupo se deu pela necessidade de se discutir as implicações sociais e pessoais dos homossexuais, e era composto inicialmente de 15 a 20 pessoas que se reuniam semanalmente. Em fevereiro de 1979, os membros do SOMOS apareceram pessoalmente durante um debate sobre as minorias, promovido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH). Para MacRae, este debate aumentou a confiança dos participantes e deu impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo (MacRae 1985, p. 23).

Em 20 de novembro de 1979, o grupo SOMOS participou do primeiro ato do Movimento Negro Unificado que levantava bandeiras pela democracia, contra a discriminação racial e pelo fim da violência policial (figura 01 e 02).

5 Snob – jornal doméstico de temática “homossexual” -, idealizado e produzido por Agildo Guimarães.

6 Enciclopédia Latino Americana - Grupo Somos. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/s/somos-grupo>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Figura 1 - Primeiro ato público organizado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) no dia da Consciência Negra, em 20/11/1979. Praça Ramos de Azevedo, São Paulo/SP.



Fonte: Movimento Negro Unificado, edições SESC São Paulo.⁷

Figura 2 - Primeiro ato público organizado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) no dia da Consciência Negra, em 20/11/1979. Praça Ramos de Azevedo, São Paulo/SP.



Fonte: Movimento Negro Unificado, edições SESC São Paulo.⁸

7 Fotografia: Ennio Brauns/Foto&Grafia. Disponível em: https://issuu.com/edicoessescsp/docs/mnu_trechos/s/10465451. Acesso em: 20 mai. 2021.

8 Fotografia: Ennio Brauns/Foto&Grafia. Disponível em: https://issuu.com/edicoessescsp/docs/mnu_trechos/s/10465451. Acesso em: 20 mai. 2021.

Essa participação do SOMOS na primeira manifestação do Movimento Negro Unificado é bastante representativa e importante, pois demonstra uma união dos movimentos sociais e a luta unificada contra a discriminação, violência e em favor da democracia.

Na Semana Santa de 1980, MacRae (1985) menciona que diversos grupos se encontraram em São Paulo para conversar sobre a identidade homossexual e formas de atuação e organização política. O autor indica que embora houvesse bastante polêmica, ficou evidente uma generalizada antipatia com qualquer forma de autoritarismo, e as propostas dos grupos enfatizaram necessidade da autonomia do movimento homossexual em relação aos partidos políticos e o apoio ao feminismo na luta contra o machismo. Também se criticava a reprodução do machismo nas relações homossexuais, contra as divisões de "ativo/passivo", "dominador/dominado", "bofe/bicha", "fanchona/lady", e, segundo o autor, propunha-se uma nova identidade homossexual e relações essencialmente igualitárias. Além dessas discussões, Facchini (2018) menciona que, neste momento do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), as discussões eram sobretudo sobre suas identidades, com reflexões sobre *ser* ou *estar homossexual*, até chegar na apropriação da categoria *orientação sexual*, que se deu nos anos 1980 (CÂMARA, 2002).

O Grupo SOMOS adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico, não apenas por ter sido o primeiro grupo articulado e abertamente homossexual do Brasil, mas também por ter tido uma atuação política importante, unindo forças com outros movimentos, como o Movimento Negro Unificado e grupos feministas.

Em abril de 1978 os integrantes do SOMOS e Mascarenhas lançaram o jornal *Lampião da Esquina*, que foi um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981, que nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da ditadura militar e que fazia interações entre o movimento ecológico, negro, feminista e gay. No total foram 38 edições publicadas, incluindo a número zero. Segundo MacRae (1985), o jornal *Lampião da Esquina* foi de grande importância, pois abordava sistematicamente, de forma positiva e não pejorativa, a questão homossexual nos seus aspectos políticos, existenciais e culturais. Em 1979 instaurou-

se um inquérito policial contra os editores do *Lampião da Esquina*, que foram acusados de infringir a Lei de Imprensa por contrariar a moral e os bons costumes.

MacRae menciona que:

“Apesar de estas ações policiais e judiciárias serem arquivadas depois de complicadíssimos trâmites legais, o fato é que tanto aquele jornalista quanto os editores do *Lampião* passaram meses de intimidação e humilhação. Estes últimos foram salvos em parte pelo apoio do Sindicato dos Jornalistas, cujos advogados os defenderam. Seguramente era um sinal de que a homossexualidade deixava de ser objeto apenas de escárnio, começando a ser reconhecida a legitimidade de suas reivindicações.” (MACRAE, 1985, p. 22)

Segundo Facchini (2003), este jornal teve um importante papel de articulação das primeiras iniciativas do movimento. A autora menciona que no final do ano de 1979, foi organizado, no Rio de Janeiro, o 1º Encontro de Homossexuais Militantes, que se realizou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em um domingo, 16 de dezembro, das 10 às 17 horas, e de acordo com informações do Boletim do Grupo Gay da Bahia, participaram 61 pessoas - 11 lésbicas e 50 gays, representando grupos homossexuais brasileiros. Entre as resoluções deste encontro destacam-se a reivindicação de incluir o respeito a “orientação sexual” na Constituição Federal e uma campanha para retirar a homossexualidade da lista das doenças mentais, além da convocação de um congresso para a Semana Santa seguinte, em São Paulo. Os primeiros grupos de reflexão e *afirmação homossexual* inauguravam a prática do assumir-se como *ferramenta política*.

O 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), aconteceu na capital paulista, nos dias 4 e 5 de abril de 1980, e foi direcionado, exclusivamente para grupos homossexuais e seus convidados, no Teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP com participação de 200 pessoas. No dia 6 de abril do mesmo ano, ocorreu o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), um ato público que foi realizado no Teatro Ruth Escobar com a presença de cerca de 1000 pessoas, segundo cobertura do jornal *Lampião da Esquina* (ZANATTA, 1997).

Segundo Quinalha (2018), esses primeiros grupos de afirmação sexual que vigoraram durante a década de 70 e 80 foram importantes para o surgimento do sujeito coletivo e político no sentido organizativo, pois foram grupos constituídos com o objetivo de provocar mudanças na realidade brasileira, além de incentivar as pessoas a assumirem seus laços e identidades. As reflexões eram sobre a constituição de

identidades, que é algo de extrema complexidade, pois abrange esferas subjetivas, sociais e coletivas (quando se percebe como integrante de uma categoria mais ampla), em uma sociedade com identidades previamente construídas. Além disso, nestes primeiros momentos, a luta LGBTQ+ era sobretudo contra a violência policial, pois a ditadura perseguia e ameaçava a existência de grupos minoritários, e foi a partir do reconhecimento de vítima da agressão policial que os grupos homossexuais, grupos negros e feministas uniram forças em atos contra a violência.

Segundo MacRae (1985), em maio de 1980 ocorreu uma rachadura no SOMOS, onde mulheres lésbicas relataram o machismo existente dentro do movimento homossexual. Elas expuseram a misoginia disfarçada nas brincadeiras e suas insatisfações com o fato de todas as tomadas de decisões e discussões serem dominadas pelos homens. Esse desentendimento deu origem do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), que, em 1981, lançou o ChanacomChana (figura 03), primeira publicação ativista lésbica do país.

Figura 3 - boletim Chanacomchana



Fonte: acervo Bajubá⁹

⁹ Bajubá. Memória LGBTQ. Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/737-2//>. Acesso em: 01 jun. 2021

O boletim ChanacomChana era uma espécie de fanzine¹⁰, e aglutinava colagens progressistas e revolucionárias, abordando questões femininas, especialmente lésbicas, distribuído em bares de São Paulo frequentados por esse público (CARVALHO, online).

Mesmo após o desentendimento de maio de 1980, as campanhas contra o delegado Richetti, reuniu representantes do SOMOS, junto aos movimentos feminista e o Movimento Negro Unificado, num ato público realizado em frente ao Teatro Municipal, no dia 14 de junho de 1980, que promoveu uma passeata com, aproximadamente, 1.000 pessoas pelas ruas do centro, sendo considerado por alguns pesquisadores um Stonewall brasileiro, representando um estopim para futuras manifestações do movimento (figura 04).

Figura 4 - São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti, Trevisan, julho de 1980.



Fonte: Jornal Lampião. nº 26, jul-1980, p. 19

10 Um fanzine é uma publicação artesanal, alternativa e distribuída em pequena tiragem, sem fins lucrativos. São editados quase sempre em pequenas quantidades e servem para a expressão livre de seus editores a respeito de qualquer arte ou hobby. Disponível em: <https://universohq.com/noticias/a-historia-dos-fanzines-no-brasil-e-no-mundo-ganha-livro/>. Acesso em 01 jul. 2021.

Figura 5 - Passeata contra a repressão policial do delegado José Wilson Richetti, evento lembrado como a primeira mobilização pública do movimento LGBT no Brasil, em 14 de junho de 1980.



Fonte: comissão da verdade¹¹

Segundo Facchini (2003), José Wilson Richetti foi um delegado que havia se tornado conhecido por ter expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de prostituição de Santos. Transferido para a Terceira Seccional (Centro de São Paulo) iniciou uma ação contra os frequentadores noturnos do centro da cidade, que ficou conhecida como Operação Limpeza. A campanha e a manifestação contra Richetti estão entre as principais atividades realizadas pelos militantes da primeira onda do movimento paulistano, mobilizando força de esquerda e os movimentos negro e feminista contra a violência repressiva do Estado (p.91). Durante o período da ditadura brasileira, a repressão e controle de grupos sociais e a repressão política perseguia abertamente grupos vulneráveis e estigmatizados, utilizando a contravenção penal de vadiagem como instrumento para o combate à homossexualidade. Durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982), rondas de policiamento ostensivo intensificaram-se na área central da cidade, que tinham como objetivo “limpar” a região da presença de

11 Comissão da verdade: Ditadura e Homossexualidade. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>. Acesso em: 01 abr. 2021

prostitutas, travestis e homossexuais¹². O método utilizado pelos policiais era o de realizar batidas em locais frequentados pelas pessoas LGBT, especialmente as travestis, que eram levadas “para averiguação”, tendo por fundamentos legais a contravenção penal de vadiagem e a prisão cautelar prevista no Código de Processo Penal de 1941, então em vigor.

Mesmo após manifestações contra a violência policial e contra os atos violentos comandados pelo José Wilson Richetti, em novembro de 1980, ocorreu na cidade de São Paulo/SP, a “Operação Sapatão”, também comandado pelo delegado Richetti, que teve como objetivo prender o maior número possível de lésbicas que se encontrassem circulando na cidade. No dia 15 de novembro de 1980, a polícia invadiu espaços comerciais de sociabilidade homossexual, como os bares Ferros Bar, Cachação e Bexiguinha, e quem fosse (ou aparentasse ser) sapatão, ia para o camburão. A situação foi tão incisiva que, até aquelas que portavam a carteira profissional assinada, condição elencada como pré-requisitos para reconhecimento à cidadania e respeito, foram presas. Aproximadamente 200 mulheres foram detidas para averiguação na delegacia e somente foram liberadas após pagarem suborno aos agentes de segurança pública (QUINALHA, 2017; SALES, 2019).

Ainda em 1980, o Grupo Gay da Bahia, em Salvador, fez uma campanha visando a eliminação da classificação da homossexualidade como desvio mental. A campanha se alastrou por diversos estados brasileiros e teve a adesão de milhares de assinaturas no “abaixo-assinado”, e não só de homossexuais. MacRae (1985) menciona que muitas personalidades do mundo científico, artístico e político aderiram e deram força a essa campanha, inclusive o então candidato a governador de São Paulo pelo PT, Lula.

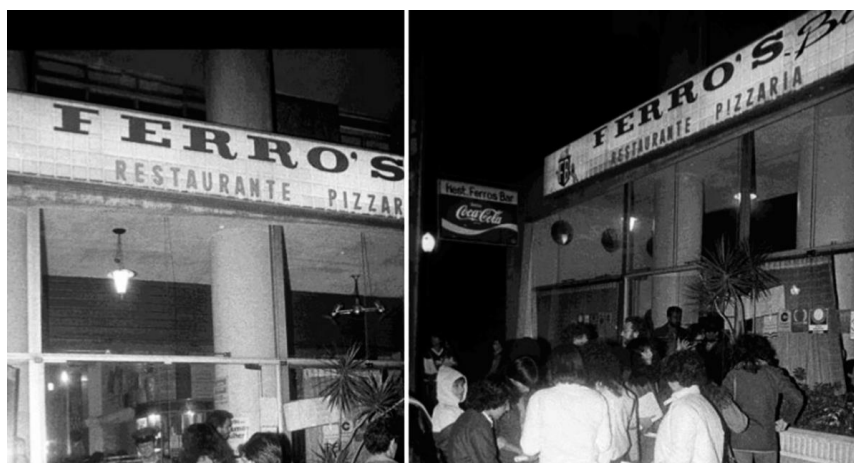
Em 1982 o SOMOS participou dos debates promovidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) contra a classificação de homossexualidade adotada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual” (CARNEIRO, 2015). Em 1983, problemas financeiros e dificuldades em conseguir novos membros levaram o grupo SOMOS a abandonar sua sede e se dissolver. Mas antes disso, em junho de 1981, houve o fim do jornal Lampião da Esquina, que deixou uma lacuna de comunicação

12 Comissão da Verdade: Ditadura e Homossexualidade. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html> Acesso em: 04 abr. 2021

homossexual. Este jornal foi um importante comunicador e divulgador de ideias, propostas e informações da comunidade por todo o país, dentro e fora do movimento.

Em 19 agosto de 1983, houve a primeira manifestação de mulheres lésbicas do Brasil (figura 06), e ela ocorreu no Ferro's Bar, em São Paulo (Payano e Vieira, 2020)¹³. Esse bar era conhecido e frequentado pelo público lésbico, e nele eram comercializados os boletins Chanacomchana¹⁴, que além de naturalizar a relação entre mulheres e feminismo, também denuncia violências policiais sofridas por mulheres lésbicas, sobretudo as que não performavam a feminilidade. Em junho de 1983, os donos e seguranças do Ferro's Bar expulsaram as lésbicas à força e as impediram de distribuir o boletim ali. Essa discriminação e violência fez com que o GALF, sobretudo a militante lésbica Rosely Roth, organizasse uma manifestação neste bar contra a violência contra as mulheres lésbicas. Essa manifestação reuniu representantes do GALF, imprensa, ativistas gays, feministas, ativistas dos direitos humanos, a Vereadora Ireda Cardoso, os deputados Ruth Escobar e Eduardo Suplicy¹⁵. Essa manifestação fez com que os donos voltassem a permitir a distribuição de folhetins e a presença dessas mulheres lésbicas (figura 07).

Figura 6 - Manifestação contra a violência contra as mulheres lésbicas, 19 de agosto de 1983.



13 Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/sociedade/trending/ferros-bar-como-surgiu-o-dia-do-orgulho-lesbico-no-brasil/>. Acesso em: 24 mai. 2021

14 O boletim ChanacomChana é considerado a primeira publicação da imprensa alternativa lésbica brasileira, realizada pelo GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista, 1981-1990) que circulou entre 1981 e 1987.

15 Ditadura e Homossexualidades: iniciativas da comissão da verdade do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>. Acesso em: 11 mai. 2021

Fonte: Em Todo Lugar¹⁶

Figura 7 - Boletim Chanacomchana



Fonte: acervo Bajubá¹⁷

Segundo Facchini (2003), antes do final da primeira metade dos anos 80, houve uma drástica redução na quantidade de grupos atuantes no então movimento homossexual brasileiro. No início dos anos 1980, MacRae havia identificado 22 grupos no Brasil, porém em 1984 um documento produzido pelo Grupo Gay da Bahia falava em 7 grupos existentes, e em 1985, apenas 6 grupos. Green (2000) cita que diversos fatores podem ter contribuído para uma redução no movimento: o crescimento da inflação e do desemprego dificultaria a mobilização dos ativistas e a falsa ideia de que em tempos democráticos, os direitos civis dos homossexuais poderiam expandir-se mais facilmente; por outro lado, o espaço dado para a homossexualidade em meios de comunicação convencionais e a expansão de um mercado voltado para homossexuais teriam produzido uma falsa impressão de liberdade e de que as organizações políticas não eram mais necessárias durante esse processo a caminho da redemocratização.

16 SCARPA, Barbara. Agosto é o mês da visibilidade lésbica: Disponível em: <https://emtodolugar.facha.edu.br/2020/08/31/agosto-e-o-mes-da-visibilidade-lesbica/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

17 Bajubá. Memória LGBT. Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/chanacomchana-edicao-4/>. Acesso em: 01 de abr. 2021.

Em 1983 houve o primeiro caso da epidemia da AIDS no Brasil, e a desinformação, aliada à publicidade e sensacionalismo dos primeiros diagnósticos do HIV/Aids foi direcionado, de imediato, ao público homossexual masculino, sendo divulgado como “câncer gay”¹⁸. As notícias e a desinformação alastraram atos de violência, entretanto, os estereótipos e preconceitos em torno da AIDS foram apenas um lado deste cenário. Do outro lado, a epidemia impulsionou uma necessária mobilização e trouxe um olhar diferenciado ao movimento, que adotou ações junto ao estado voltado para a construção de políticas públicas.

Contudo, é importante destacar que a aproximação entre a agenda do combate a AIDS e as organizações de direitos civis nos anos 80 e 90 não foi algo automático, pois, segundo Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018), assumir as agendas de enfrentamento da AIDS representava, dentre outras coisas, se aproximar da cadeira de estigmas que o movimento buscava se dissociar. Regina Facchini (2005)¹⁹ menciona que os movimentos homossexuais, posteriormente chamados de LGBT, desde sua emergência na década de 70, buscavam “referências positivas” para configurar suas identidades políticas. Apesar da sensação de medo que atingia o movimento, os grupos não se enfraqueceram, muito pelo contrário, a luta foi maior ainda e, em 1985, foi realizado o II EBHO - Encontro Brasileiro de Homossexuais. Após esse encontro, ainda em 1985, houve a despatologização da homossexualidade na decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM), com o apoio de diversos grupos homossexuais e João Antônio Mascarenhas, que durante anos escreveram cartas de protestos, reuniram e divulgaram informações e pressionaram o conselho para retirada do parágrafo 302.0 da Classificação Internacional de Doença (CID), (HOWES, 2003, p. 301).

Neste momento a comunidade LGBT entendeu a importância de se articular como organizações não-governamentais (ONG), ou seja, o movimento passa a ter uma representação jurídica, pois somente através da formalização da associação é

18 Segundo Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018): “Se de início, a epidemia foi identificada como 4H, devido ao número expressivo de haitianos, heroinômanos, hemofílicos e homossexuais que eram portadores da síndrome, posteriormente, ela foi nomeada como “câncer gay”. Essa situação ocorreu porque quando os primeiros casos de HIV apareceram nos EUA, os doentes desenvolviam manchas escuras no corpo - sintoma de um tipo raro de câncer, “sarnoma de Kaposi”. Nessa época, as manchas escuras estavam afetando/marcando os gays fizeram com que a AIDS fosse nomeada de “câncer gay”. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. p. 285

19 FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.

que foi possível participar de pautas governamentais, ter existência jurídica e representação efetiva perante órgãos governamentais. Neste momento começa um processo claro de ‘cidadanização’ dos sujeitos LGBT, que começam a se constituir, não só como identidade política, mas como sujeito de direito. Segundo Quinalha (2020), sujeito de direito é uma categoria básica, é a abertura necessária para poder reconhecer as garantias deste grupo social, emergindo de maneira clara nas formas de organizações não-governamentais. Na década de 1980, o movimento LGBT ocorria de maneira mais fluida e menos organizada, mas somente ao constituir ONGs é que se pode criar laços com secretarias e conseguir uma formalização jurídica e burocratizada, fortalecendo a construção de um sujeito político para enfatizar e dar força à luta por direitos. Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018) destacam que:

"É importante ressaltar que a movimentação social articulada pelas entidades da sociedade civil organizada na década de 1980, contribuiu para o estabelecimento de uma corrente, que se fortaleceu à medida que as reivindicações de direitos pressionaram os atores políticos para a tomada de ações que configuraram mais tarde a nova política de saúde" (p. 291.)

Segundo Monteiro e Vilela (2008), em 1988 foi criado pelo ministério da Saúde, o Programa Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, que teve um papel-chave no âmbito das ações de combate à doença, e cujo contexto histórico está situado no final do primeiro governo civil após o regime militar.

Os autores mencionam que devido a epidemia da Aids que as lideranças dos movimentos sociais LGBT no Brasil aprenderam a transitar nos jogos de elaboração de políticas públicas nas instâncias governamentais para conquista de direitos. As mídias e o mercado também tiveram sua contribuição na mudança de percepção sobre os corpos LGBT, pois com a aproximação dos movimentos sociais e sua maior visibilidade na mídia, principalmente com o crescimento da Parada do Orgulho, foi possível pluralizar a imagem e iniciar a desmistificação do antigo discurso sobre as identidades dos homossexuais.

O termo *orientação sexual* foi levado pela primeira vez ao Congresso Nacional em 1987²⁰, onde João Antônio Mascarenhas²¹, primeiro homossexual a falar na

20 Centro João Antônio Mascarenhas de Memória do Ativismo LGBTI. Disponível em: <https://neps.ufes.br/centro-de-memoria-lgbti-joao-antonio-mascarenhas>. Acesso em: 23 mai. 2021.

21 Mascarenhas foi um ativista social brasileiro e pioneiro no ativismo do movimento, até então, homossexual entre as décadas de 1970 e 80. Formado em Direito e um dos fundadores do jornal O Lampião da Esquina (1978), foi integrante do Grupo Triângulo Rosa (1977-1988), colaborou na

Assembléia Nacional Constituinte, defendeu a inclusão do termo no artigo 3º, Inciso IV, que se refere a formas de discriminação. Mascarenhas enfatizou os efeitos nocivos do preconceito sobre os indivíduos:

“Não temos a ingenuidade de imaginar que de um momento para o outro, só o fato da inclusão, na Constituição Federal, da expressão ‘*orientação sexual*’ venha fazer com que, de uma penada, a discriminação desapareça. Não, longe disso. O que queremos com isso é fazer com que o oprimido se sinta juridicamente habilitado a lutar pelo respeito dos seus direitos, nem mais, nem menos.” (HOWES, 2003, p. 303)

As falas de João Antônio Mascarenhas foram alvo de oposição dos grupos religiosos (HOWES, 2003) e em 28 de janeiro de 1988, o termo foi rejeitado pela maioria dos representantes da constituinte. Apesar da derrota, Mascarenhas fez um balanço positivo da experiência, dizendo que as reivindicações do movimento tinham recebido muita publicidade e foram tratadas com seriedade e respeito no Congresso e nos meios de comunicação. Posteriormente a inclusão do termo foi adotada por legislações municipais e Constituições Estaduais.

Em 26 de junho 1995 após o encontro da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex (ILGA) houve uma marcha em Copacabana, onde LGBTQ+ se reuniram com uma longa bandeira do arco-íris (CAMARGOS, 2018), (figura 08).

Figura 8 - Marcha em Copacabana, Rio de Janeiro, 26/06/1995.



despatologização da homossexualidade na decisão do Conselho Federal de Medicina em 1985 e também contribuiu com editores da revista *Gay Sunshine Press*, revista norte americana, sobre a vida social e civil da comunidade LGBTQ+ brasileira.

Fonte: Portal Arrasa, foto por Cláudio Nascimento²²

Neste mesmo momento iniciou-se um processo de segmentação de mercado, que fez surgir o *mercado GLS* (para gays, lésbicas e simpatizantes), gerado a partir da visibilidade produzida a partir do próprio movimento, e também por ações de mercado e de mídia (FRANÇA, 2007). Segundo Facchini (2018), na época intensificava-se o lançamento de candidaturas, participação em espaços de diálogos sócio estatais, e posteriormente, conferências destinadas a embasar a formulação e avaliação de políticas públicas. Em 1997, aconteceu a primeira Parada do Orgulho, na cidade de São Paulo, outra forte representação política, que, desde então gera visibilidade massiva protagonizada pela presença de multidões compostas por LGBT+s, que na atualidade também registra percentuais expressivos de pessoas autodeclaradas heterossexuais (Facchini, 2018). Este evento, passam a ocupar, anualmente, no mês de junho, às ruas de diversos municípios espalhados por todas as regiões do país.

O diálogo sócio estatal exigia clara delimitação de sujeitos e demandas, então constituíam-se e multiplicaram-se as redes regionais e nacionais de organizações, e também a sigla que nomeava o movimento, estabilizada LGBT na I Conferência Nacional de Políticas LGBT em 2008. Essa conferência e nomenclatura estabelecida foi uma vitória para as demandas das travestis e transsexuais, e também para as lésbicas, que desde os primeiros momentos do movimento reivindicavam por reconhecimento e visibilidade.

3. Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo

Como mencionado, a primeira Parada do Orgulho de São Paulo aconteceu em 1997, mas antes dela, ocorreram alguns eventos que, segundo pesquisadores da área, levaram à organização deste evento. Facchini (2005) menciona sobre ato promovido pelo Grupo Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor (Corsa)²³ que ocorreu no dia 28 de junho de 1996, na Praça Roosevelt, segundo a autora, o ato

22 Fundador da primeira Parada LGBT do Brasil mostra como foi o evento em 1995 no RJ. Disponível em: <http://www.portallarrasa.com/2020/07/10/fundador-da-primeira-parada-lgbt-do-brasil-mostra-como-foi-o-evento-em-1995-no-rj/>. Acesso em: 14 mai. 2021

23 O CORSA — Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor, é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1995 cuja missão é a defesa dos direitos civis e humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Disponível em: <http://corsa.wikidot.com/quem-somos>. Acesso em: 27 mar. 2021.

reuniu cerca de 150 pessoas e foi importante para o início da articulação da primeira Parada. Camargos (2018)²⁴ cita também como um fator influenciador da origem da Parada a exibição do filme *Stonewall*²⁵ no Festival Mix Brasil²⁶, pois o filme retrata a importante rebelião no bar nova-iorquino em 1969. Outro evento citado por Facchini (2005) como importante articulador da primeira Parada foi a passeata que ocorreu após o IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT), em fevereiro de 1997 em São Paulo, que iniciou no Largo do Arouche, concentrou-se em frente ao Theatro Municipal e finalizou-se na Praça Roosevelt (figura 09).

Figura 9 - Manifestação ao final do IX EBGLT. Primeira passeata exclusivamente homossexual da cidade de São Paulo e embrião da I Parada do Orgulho GLT, 1997.



Fonte: Um outro olhar, 2019²⁷

Os militantes presentes passaram a realizar reuniões preparatórias para realização do evento nomeado, inicialmente de Parada do Orgulho GLT de São Paulo, que ocorreu na Avenida Paulista e teve como tema *Somos muitos, estamos em todos os lugares e em todas as profissões* (figura 10).

24 CAMARGOS, Moacir. O Surgimento das Paradas LGBT no Brasil. 2018. Artigo no livro: História do movimento LGBT no Brasil. p. 424.

25 Filme dirigido por Nigel Finch (1995)

26 Segundo Camargos, inspirado no *Gay and Lesbian Film Festival*, o MIX Brasil é um festival que surgiu em 1993, que tinha como principal atração a exibição de filmes nacionais e internacionais com temáticas voltadas ao público LGBT. Ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, etc.

27 Um outro olhar. Memória Lesbiana: IX EBGLT, organizado por lésbicas, foi embrião das Paradas do Orgulho LGBT no Brasil. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/02/memoria-lesbiana-ix-ebglt-organizado-por-lesbicas.html> Acesso em: 28 mai. 2021

Figura 10 - Primeira Parada do Orgulho de São Paulo, 1997.



Fonte: El País, 2017²⁸

O cartaz de divulgação da primeira Parada tinha como enunciado: *venha montada, desmontada, casada, descasada, solteira, de bota ou de tamanco. Afinal, quem vai notar você no meio da multidão?* (figura 11) Ou seja, todos deveriam ser eles mesmos e ir do modo que quisessem, pois o objetivo era justamente esse, ser visto e aceito do modo que são, em meio à multidão.

Figura 11 - Convite para a Parada do Orgulho GLT, 1997.



28 Fotos da primeira Parada Gay de SP: Bandeiras, arco-íris e tudo por fazer, 2017: Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/14/album/1497452267_727156.html. Acesso em: 28 abr. 2021.

Fonte: APOGLBT SP, s/n.

Em 1997, a Parada reuniu cerca de duas mil pessoas, e foi possível acessar relatos de algumas participantes através de uma entrevista concedida em 2020 ao Canal Põe Na Roda. As participantes Adriana Arco-Íris, Paula Beatriz de Souza, Kaká Di Polly e Silvetty Montilla, que participaram da organização da primeira Parada compartilharam detalhes sobre os acontecimentos. Elas relatam que o principal objetivo era a visibilidade, que os próprios integrantes do movimento fizeram panfletagem em porta de boate e colaram lambe-lambe, com o objetivo de atrair o máximo de pessoas.

As manifestantes relataram que no início da Parada a polícia tentou impedir a saída do ato e constrangeram os participantes, mas que por um ato de resistência de Kaká Di Polly, que se jogou em frente aos carros para parar o trânsito, foi possível sair com a caminhada pela Avenida Paulista. Outra importante contribuição mencionada durante a entrevista foi feita pela Adriana Arco-Íris, que contou que sua mãe fez voluntariamente a bandeira do arco-íris de 50 metros que foi levada para a Parada de 1997 (figura 12).

Figura 12 - Bandeira LGBT na Primeira Parada, São Paulo, 1997.



Fonte: El País, 2017.

Esses relatos demonstram como os atos individuais vinculados aos atos coletivos possuem o poder da mudança, pois somente devido aos esforços dos militantes foi possível organizar e sair às ruas na primeira Parada do Orgulho.

O folder de divulgação da II Parada do Orgulho GLT (figura 13), como era chamada na época, menciona que:

“Conseguimos visibilidade como jamais ocorrera em São Paulo, atingindo até os telejornais do sábado e os jornais de domingo. Dia 28/06/1997 entrou para a história do movimento homossexual brasileiro e para a história da vida de cada um que lá esteve. E isso num clima de alegria e festa!” (Folder da II Parada do Orgulho GLT, 1998)

Figura 13 - Folder da II Parada do Orgulho de São Paulo, 1998.



Fonte: APOGLBT SP

Com o processo democrático ascendendo, foi possível ir além das reivindicações pelo fim da repressão policial, e reivindicar por visibilidade e

equiparação de direitos. O movimento começou a olhar para o Estado com uma perspectiva de políticas públicas, e utilizando a Parada do Orgulho como porta-voz de suas reivindicações.

Atualmente, a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é organizada pela Associação do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT-SP), criada em 1998 pela necessidade formalização, no formato de ONG, para otimizar a organização do evento, que desde o início requereu diálogo com os setores públicos, já que envolve a ocupação de ruas públicas e infraestrutura. A ONG é, até hoje, a principal organizadora e articuladora da Parada, que possui temas anuais escolhidos em comum acordo com coletivos, outras ONGs LGBTs e militantes independentes, procurando manter seu caráter político, questionador e comunicador.

Na tabela 1 pode-se observar os temas de todas as Paradas do Orgulho de São Paulo, assim como a data e quantidade de participantes, estimadas pelos organizadores.

Tabela 1 -Temas das Paradas do Orgulho LGBT+ de São Paulo

PARADAS DO ORGULHO LGBT+ DE SÃO PAULO (1997 - 2021)			
Data	Edição	Tema	Quantidade de participantes (APOGLBT SP)
28/06/1997	I	Somos muitos, estamos em todos os lugares e em todas as profissões	2.000
27/06/1998	II	"Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos"	8.000
27/06/1999	III	"Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000"	35.000
25/06/2000	IV	"Celebrando o Orgulho de Viver a Diversidade"	120.000
17/06/2001	V	"Abraçando a Diversidade"	270.000
02/06/2002	VI	"Educando para a Diversidade"	700.000
22/06/2003	VII	"Construindo Políticas Homossexuais"	1.000.000
08/06/2004	VIII	"Temos Família e Orgulho"	1.800.000
29/5/2005	IX	"Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais nem menos"	2.500.000
17/06/2006	X	"Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos"	3.000.000

10/06/2007	XI	"Por um mundo sem Racismo, Machismo e Homofobia"	3.500.000
28/5/2008	XII	"Homofobia Mata! Por um Estado Laico de Fato"	3.400.000
14/06/2009	XIII	"Sem Homofobia, Mais Cidadania – Pela Isonomia dos Direitos!"	3.100.000
07/06/2010	XIV	"Vote Contra a Homofobia: Defenda a Cidadania!"	3.500.000
27/6/2011	XV	"Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia!"	4.000.000
10/06/2012	XVI	"Homofobia tem cura: educação e criminalização."	4.500.000
06/06/2013	XVII	"Para o armário nunca mais – União e conscientização na luta contra a homofobia."	4.000.000
04/05/2014	XVIII	"País vencedor é país sem homolesbofobia: chega de mortes! Criminalização já!"	
07/06/2015	XIX	"Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim: respeitem-me"	2.000.000
28/05/2016	XX	"Lei de identidade de gênero, já! - Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!"	3.000.000
18/06/2017	XXI	"Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei! Todas e todos por um Estado Laico"	3.000.000
03/06/2018	XXII	"Poder para LGBTI+, Nosso Voto, Nossa Voz"	
23/06/2019	XXIII	"50 Anos de Stonewall - Nossas Conquistas, Nosso Orgulho de ser LGBT+"	3.000.000
14/06/2020	XXIV	"Democracia"	Edição virtual
06/06/2021	XXV	"HIV/Aids: Ame + Cuide + Viva"	Edição virtual

Fonte: elaboração própria com dados da APOGLBT, 2021.

As Paradas de 1997 a 1999 demonstraram um crescimento de 2 mil para 35 mil participantes e evidenciaram temáticas ligadas à visibilidade LGBT, consolidando o movimento como manifestação política. De 2000 a 2002 houve outro aumento importante na quantidade de participantes na Parada de São Paulo, de 100 mil para 500 mil pessoas, e as temáticas estavam ligadas a conceitos de diversidade, envolvendo a sociedade na causa a partir da ideia de respeito. Nesse período, as

atividades em torno da Parada começaram a se multiplicar, dando origem ao Mês do Orgulho LGBT de São Paulo, com o surgimento da Feira Cultural LGBTQ+ em 2000; Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade, em 2001; organizados pela APOGLBT; Passeata das Mulheres Lésbicas e Bissexuais, no ano de 2002; entre outros eventos. A partir de 2003, plenamente consolidada como manifestação social crescente, a Parada passou a refletir demandas da comunidade sob o viés de pressão política para reconhecimento e garantia de Direitos Humanos. Desde 2007, a associação da Parada do Orgulho de São Paulo precisa assinar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a Prefeitura e o Ministério Público Estadual, que regulamenta a realização de eventos de grande porte na Avenida Paulista. Somente três eventos possuem a autorização via TAC para serem sediados na Avenida Paulista: Réveillon, Corrida de São Silvestre e Parada do Orgulho LGBTQ+²⁹.

O Brasil se tornou conhecido internacionalmente pela quantidade de Paradas e pelas multidões que ocupam as ruas de algumas capitais, sobretudo a de São Paulo, que realizou por anos *a maior Parada do mundo*. Segundo o levantamento da APOGLBT, desde 2003 a Parada do Orgulho de São Paulo vem reunindo mais de um milhão de pessoas na Avenida Paulista, sendo incluída em 2006 no *Guinness Book* como a Maior Parada do Orgulho do Mundo.

Contudo a associação organizadora da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo sofreu algumas críticas que devem ser abordadas nesta pesquisa, entre elas a cobrança de entrada para subir no trio elétrico (UOL, 2015), que já era adotada pelos trios dos patrocinadores e em 2015 foi adotada pela ONG. Outro posicionamento contrário ao da associação foi emitido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que emitiu uma nota de repúdio para a Associação da Parada em 2015, mencionando que foram vetados de participar do evento pois a Associação queria cobrar taxa para permitir a participação da Central da manifestação, e segundo a CUT, a cobrança é ilegal, antidemocrática e autoritária, e, no ano de 2015, foi a primeira vez, desde 1997, que a CUT não participaria do ato.³⁰ Outra crítica bastante importante tem sido a ausência de ativistas LGBTQ+ nos trios, sobretudo os pioneiros da Parada. Kaká Di

29 Conheça as normas da Prefeitura que regulam as apresentações de artistas de rua. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=280669>. Acesso em: 03 abr. 2021.

30 CUT São Paulo repudia Associação da Parada do Orgulho LGBTQ+. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/cut-sao-paulo-repudia-associacao-da-parada-do-orgulho-lgbt-0d37>. Acesso em: 27 mar. 2021.

Polly, em sua entrevista concedida ao Canal Põe na Roda (2020), menciona que as grandes marcas se apropriaram dos trios elétricos da Parada do Orgulho, com interesse na visibilidade e no alcance midiático que o evento proporciona atualmente, e isso gerou revolta e insatisfação nos antigos manifestantes, comentando que ao observar os participantes em cima dos trios, via-se apenas convidados da mídia, e nenhuma figura importante da noite LGBT, sobretudo os pioneiros do movimento. Foi citado nesta entrevista como exemplo de reconhecimento a história a Parada LGBT de Sydney, Austrália, chamado de *Sydney Gay and Lesbian Mardi Gras*, onde o primeiro trio a sair se chama 78, ano em que ocorreu a primeira Parada e que conta apenas com os pioneiros e manifestantes históricos (figura 14 e 15). Segundo o relato, esse carro é aplaudido ao passar, demonstrando reconhecimento e admiração àqueles que originaram a Parada do Orgulho da região.

Figura 14: *The 78ers, the first Mardi Gras*, 2018



Fonte: *Sydney Gay and Lesbian Mardi Gras*³¹ (s/n)

Figura 15: *The first Mardi Gras, Still Out and Proud*³²

31 Sydney Gays and Lesbian Mardi Gras. Disponível em: <https://www.mardigras.org.au/78ers>. Acesso em: 29 mai. 2021.

32 Tradução livre: o primeiro Mardi Gras, ainda fora e orgulhoso.



Fonte: Qnews. Harper, Nerelle, 2018³³

Outra crítica tecida à APOGLBT foi feita pela Nany People no *Vênus Podcast*³⁴ (2021), Nany conta que participou das três primeiras Paradas e realizou shows gratuitos para conseguir confeccionar a bandeira do arco-íris, que segundo ela sumia todos os anos, e que, a princípio, os trios eram patrocinados pelas boates LGBT, porém após três anos da Parada, só foi possível alugar o trio elétrico através da Associação, e que o valor dos trios triplicaram devido a essa nova negociação, e ao questionar o motivo desse aumento e para onde iria esse dinheiro, não obteve resposta. Segundo Nanny, em 1999, foi a última vez que participou da Parada, como um manifesto pessoal.

Outro posicionamento importante sobre a carência de comprometimento do evento com a história LGBT e o pouco posicionamento político se deu após a 24ª Parada do Orgulho de 2020, que ocorreu de maneira virtual devido a pandemia do coronavírus. Importantes nomes da história LGBT+ manifestaram sua insatisfação com a ausência de convite para participar da Parada³⁵. Kaká di Polly revelou em suas redes sociais sua indignação sobre a ausência dos principais nomes do pioneirismo LGBT, como Silvetty Montilla, Salete Campari, Paulette Pink, Divina Núbia, e sobretudo, pela a ausência de homenagem a *Miss Biá*, a primeira *Drag Queen* do

33 40 years on from original Mardi Gras protests. Disponível em: <https://qnews.com.au/40-years-later-looking-back-at-the-protests-that-began-sydney-mardi-gras/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

34 *Vênus Podcast* com Nanny People foi gravado em 08 de Março de 2021, disponível através da plataforma Spotify.

35 Parada virtual de São Paulo errou ao tornar-se refém de youtubers. Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/acontece/parada-virtual-de-sao-paulo-errou-ao-tornar-se-refem-de-youtubers>. Acesso em 05 jun. 2021.

Brasil, presente na Parada desde sua primeira edição, e que faleceu vítima da COVID-19 em 2020³⁶. Não houve homenagem a ela, e nem aos outros pioneiros do movimento. A 24ª Parada do Orgulho contou majoritariamente com youtubers e influenciadores digitais durante todo o evento. Kaká menciona também sobre a quantidade de marcas que patrocinaram essa edição (Uber, Burger King, Avon, Tim, Netflix, Amstel e Bradesco), e questiona o motivo da APOGLBT pedir contribuição financeira aos espectadores através do PicPay, pois já que grandes empresas patrocinam, Kaká quer saber para onde vai esse dinheiro. Segundo o Observatório G³⁷, a assessoria da Associação se manifestou sobre as críticas recebidas dizendo que por questões contratuais, tempo e produção, algumas pessoas LGBTs de São Paulo ficaram faltando, mas que muito conteúdo importante foi passado. No entanto, a Associação não se manifestou sobre as doações recebidas. Já no ano de 2021, a parada do Orgulho LGBTQ+ também se manteve online devido a pandemia do coronavírus, mas diferente da Parada de 2020, houve um maior enfoque político, onde discutiu-se políticas de saúde pública com foco no tema “Ame +, Cuide +, Viva +”, com constantes discussões acerca de doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo o HIV.

Dadas as críticas e sugestões aqui citadas, observa-se uma mercantilização da Parada, associada à ausência de transparência e pouca disseminação sobre a história do movimento, que é tão importante para a memória e reconhecimento do outro e de si mesmo. Contudo, apesar das críticas, a realização da Parada do Orgulho de São Paulo é tida como benéfica para o movimento e para o turismo paulista.

3. 1. Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo e sua contribuição turística

A Parada não acontece como evento isolado, pois durante o mês do Orgulho LGBTQ+ ocorrem diversos movimentos paralelos a Parada que movimentam o turismo na capital paulista, conforme abaixo:

36 Miss Biá, drag queen pioneira no Brasil, morreu vítima de Covid-19 em SP aos 80 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/03/miss-bia-drag-queen-pioneira-no-brasil-morre-vitima-de-covid-19-em-sp-aos-80-anos.ghtml>. Acesso em 17 mai. 2021.

37 Parada LGBTQ de SP responde críticas sobre Parada Online. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/parada-lgbt-de-sp-responde-criticas-sobre-parada-online>. Acesso em: 25 abr. 2021.

- Feira LGBT, que ocorre anualmente desde 2000 na Praça da República, é promovida pela APOGLBT SP, e ocorreu no Vale do Anhangabaú desde sua primeira edição até 2018, mas em 2019 foi realizada na Praça da República devido a reforma no Vale do Anhangabaú³⁸. A feira cultural conta com palco para shows, onde recebe DJs e cantores, tendas especiais com oficinas culturais e testagem rápida de HIV, e outras 80 tendas para vendas de artesanatos, acessórios, calçados, decoração, etc.³⁹

- Fórum de Turismo LGBTQ+ do Brasil, evento que ocorre desde 2017 em São Paulo com patrocínio integral pela iniciativa privada, com o objetivo de capacitação dos agentes de viagens e operadores turísticos sobre as especificidades da comunidade;

- Caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais⁴⁰, que ocorre anualmente desde 2002 um dia antes da Parada do Orgulho LGBTQ+, e surgiu da necessidade de promover e difundir a discussão de que a luta de mulheres lésbicas e bissexuais não trata-se apenas da luta contra a LGBTQfobia, mas também da luta contra o machismo, lesbofobia, bifobia, misoginia e racismo, discutidas através do viés de interseccionalidade. A caminhada promove manifestações, apresentações e atividades coletivas com as participantes. A confecção de materiais e o aluguel de equipamentos são custeados por doações das frequentadoras.

- *Pride Sensation*, que fez sua estreia na capital paulista em 2019, trazendo performances, dançarinos e vários DJs;

- O 1º Chama Festival ocorreu em 2019, organizado pela Casa Chama⁴¹. Com apoio da Levi's, tem como proposta reunir artistas transgêneros de diversas linguagens: performance, moda, design, música e artes cênicas, em um evento que amplie e fortaleça a rede de apoio e valorização da arte de pessoas trans;

38 Feira Cultural LGBTQ deixa o Anhangabaú. Saiba por quê! Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/feira-cultural-lgbt-deixa-o-anhangabau.-saiba-por-que>. Acesso em: 29 abr. 2021.

39 Feira Cultural LGBTQ 2013 - Corona, Pepê e Neném e Mocidade Alegre se apresentam no evento. <https://www.guiadasemana.com.br/sao-paulo/turismo/evento/feira-cultural-lgbt-2013-vale-do-anhangabau-30-05-2013>. Acesso em: 30 abr. 2021.

40 PINA, Rute. Mulheres caminham em São Paulo em protesto por visibilidade às lésbicas e bissexuais. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/21/mulheres-caminham-em-sao-paulo-por-visibilidade-as-lesbicas-e-bissexuais/> Acesso em: 13 mai. 2021.

41 A Casa Chama é uma associação cultural de cuidados LGBTQ+, espaço de pesquisa, discussão e ação focado em travestis, transexuais, transgêneros, transvestigêneros e não binárias. A casa é um ambiente de convívio seguro que produz desde eventos culturais e grupos de estudo até projetos de cuidado e apoio jurídico.

- Marcha do Orgulho Trans no Largo do Arouche, com realização em 2018 e 2019, com o objetivo de dar visibilidade a demandas de travestis, transgêneros e transexuais;

- ParadaSP Fest, festa oficial da Parada teve sua primeira edição em 2019;

- Free Walking Tour LGBT+, organizado pela LGBTT.me⁴² e Museu da Diversidade Sexual, e tem como objetivo contar, em suas 3 horas de duração, um pouco da história LGBT de São Paulo, antiga e recente, passando por mais de 10 pontos diferentes da cidade e contextualizando sua importância para a comunidade⁴³;

- Todxs Conecta⁴⁴, fórum que promove discussões com personalidades da comunidade e pensa em marcos e conquistas que foram adquiridas ao longo dos anos.;

- Miss Brasil Gay Universo, Concurso de beleza transformista para eleger o representante brasileiro do Concurso Miss Gay Internacional, que em 2019 foi realizado na Colômbia⁴⁵;

- Cãominhada da Diversidade, que ocorre desde 2016 e conta com a participação de diversos manifestantes acompanhados de seus cachorros caminhando pela diversidade;

- Premiação de Cidadania e Respeito à Diversidade, que ocorre desde 2001, também organizado pela APOGLBT, que menciona que o prêmio é uma das mais antigas honrarias LGBT concedida a pessoas, projetos, iniciativas, empresas e instituições que se destacam na defesa da cidadania e dos direitos humanos⁴⁶.

Além desses, diversas instituições privadas abordam a temática do Mês do Orgulho LGBT+ e que influenciam na dinâmica turística durante o mês de Junho, demonstrando que o mega evento da Parada está conectado a outros pequenos eventos sediados no mês, contribuindo para uma imagem turística positiva e um melhor aproveitamento do fluxo turístico proporcionado pela Parada, conforme

42 LGBTT.me é o primeiro Free Walking Tour LGBT do Brasil organizado, que ocorre em São Paulo, organizado por voluntários.

43 Free Walk Tour LGBT. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1138346946353270/>. Acesso em 28 mai. 2021.

44 O TODXS é a primeira startup social brasileira sem fins lucrativos que promove a inclusão LGBT+ com a missão de empoderar. Disponível em: <https://www.todxs.org/>. Acesso em 03 jun. 2021.

45 Miss Brasil Gay Universo 2019 será realizado no dia 22/06. Disponível em: <http://paradasp.org.br/miss-brasil-gay-universo-2019-sera-realizado-no-dia-22-06/>. Acesso em 05 jun. 2021.

46 Conheça as pessoas e instituições vencedoras do Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade LGBT+. Disponível em: <http://paradasp.org.br/conheca-as-pessoas-e-instituicoes-vencedoras-do-premio-cidadania-em-respeito-a-diversidade-lgbt/>. Acesso em 05 mai. 2021.

ressaltam Jago, Dwyer, Lipman, Lill e Vorster (2010) sobre a importância de planejamento para que os megaeventos estejam conectados a eventos menores que contribuam para uma imagem positiva do local-sede.

Contudo, somente em maio de 2016 a Cidade de São Paulo incluiu a Parada do Orgulho como um evento oficial da cidade, através do decreto assinado pelo então prefeito Fernando Haddad⁴⁷:

"Devíamos ter feito antes. Isso que eu fiz hoje que é sacramentar a Parada no calendário oficial (por meio de decreto). Eu tomei conhecimento este ano disso, não achei que a Parada não estivesse (no calendário oficial), porque a Parada é tão antiga e nunca tinha trazido à luz. Normalmente, o calendário oficial é tratado na Câmara Municipal e se esperava que fosse uma iniciativa legislativa" (HADDAD, 2016)

Apesar da inclusão tardia da Parada LGBTQ+ de São Paulo como evento oficial no calendário da cidade, seu retorno econômico e sobretudo turístico já era reconhecido pelo mercado turístico da região, onde desde 2012 a Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis do Estado (ABIH-SP) vem relatando ocupação de 100% da capacidade hoteleira da região da Avenida Paulista e central da cidade⁴⁸. Além do retorno turístico, a Parada do Orgulho faz com que cidades, bairros e estados reflitam sobre a existência e demanda da comunidade LGBTQ+, garantindo visibilidade e fortalecendo suas pautas e reivindicações.

Nota-se que a partir dos anos 2000, paralelo as realizações da Parada do Orgulho, houve um aprofundamento nas conquistas de direitos, pois as organizações sociais avançaram em suas reivindicações, sobretudo através do poder judiciário, que é fundamental para grupos vulneráveis no percurso para aquisição de direitos no setor legislativo, e a partir de 2010 há um avanço significativo de reconhecimento dos direitos básicos da comunidade LGBTQ+, como vemos a seguir.

4. Direitos conquistados pela comunidade LGBTQ+:

47 Haddad assina decreto que põe Parada LGBTQ no calendário oficial. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/haddad-assina-decreto-que-poe-parada-lgbt-no-calendario-oficial.html>. Acesso em 22 mai. 2021

48 Hotéis de SP registram 100% de ocupação e comércio aumenta faturamento. Disponível em: <https://exame.com/brasil/parada-gay-hoteis-economicos-da-avenida-paulista-terao-100-de-ocupacao/> Acesso em: 15 mai. 2021.

Neste capítulo abordaremos, em forma de linha do tempo, a concessão dos direitos básicos para a comunidade LGBTQ+, para atingirmos uma compreensão ainda mais profunda acerca desse processo tão recente para essa população. Essa análise de direitos é importante nesta pesquisa para termos um olhar ainda mais amplo de que tratamos de um grupo social em situação de vulnerabilidade, já que o avanço de direitos se deu, majoritariamente, após os anos 2000, mesmo período em que a Parada do Orgulho LGBTQ+ adquiriu força e grande visibilidade, e que é muito recente na história brasileira. Podemos observar também a prevalência de direitos conquistados somente no âmbito judiciário, atravessado por pressões conservadoras, como a seguir:

1985 - Despatologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Medicina⁴⁹;
1997 - O Conselho Federal de Medicina autorizou a realização de cirurgias de redesignação sexual no Brasil ao publicar a resolução 1.482, que defendia o caráter terapêutico da intervenção⁵⁰;

2002 - O processo de redesignação sexual do fenótipo masculino para o feminino foi autorizado pelo Conselho Federal de Medicina⁵¹;

2004 - Superintendência de Seguros Privados publicou uma resolução garantindo aos casais homossexuais o direito a indenização em caso de morte do companheiro ou companheira⁵²;

2008 - O Conselho Nacional de Imigração autoriza que estrangeiros em união homoafetiva tenham direito ao visto, ao publicar a Resolução Normativa CNI nº 77⁵³;

49 ARAGUSUKU, H e LEE, H. A Psicologia Brasileira e as Políticas LGBTQ no Conselho Federal de Psicologia, 2015, p. 119.

50 ARÁN, M. MURTA, D. LIONÇO. T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. Ciência, saúde coletiva, 2009.

51 Ministério da Saúde redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 24 mai. 2021.

52 Informativo Tributário Deloitte Touche Tohmatsu - Nº 7/2004. Disponível em: <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2004all/072004/susep/cir257.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2021

53 RESOLUÇÃO NORMATIVA 77/08. Disponível em: https://www.cnbsp.org.br/?url_amigavel=1&url_source=noticias&id_noticia=100&filtro=1&Data=&lj=1366. Acesso em: 27 mai. 2021

2008 - O Sistema Único de Saúde (SUS) passa a realizar cirurgia de redesignação sexual do tipo neocolpovulvoplastia⁵⁴, transição cirúrgica do masculino para feminino;

2010 - o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), mediante a Portaria Nº 233, assegura aos servidores públicos travestis e transexuais o uso do nome social⁵⁵;

2010 - A Agência Nacional de Saúde pública súmula normativa que autoriza pessoas homossexuais a incluir o parceiro ou parceira como dependente nos planos de saúde⁵⁶;

2010 - O Ministério da Saúde autorizou a transição de gênero do feminino para o masculino pelo SUS⁵⁷;

2010 - O presidente Lula assina decreto que estabelece o 17 de maio como o "Dia Nacional de Combate à Homofobia"⁵⁸;

2011 - O STF equipara as relações entre pessoas do mesmo sexo à de união estável. Também foi determinado que casais homossexuais tenham exatamente os mesmos direitos familiares e sucessórios dos casais heterossexuais, como plano de saúde, seguros de vida, pensão alimentícia e divisão dos bens adquiridos em caso de rompimento⁵⁹;

2011 - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária publicou uma resolução, onde assegura aos LGBT privados de liberdade o direito à visita íntima⁶⁰;

54 Cirurgia de mudança de sexo pode ser feita pelo SUS a partir de hoje. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/96920/cirurgia-de-mudanca-de-sexo-pode-ser-feita-pelo-sus-a-partir-de-hoje>. Acesso em: 27 mai 2021

55 Portaria nº 233 de 18-05-2010. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:ministerio.planejamento.orcamento.gestao:portaria:2010-05-18;233> Acesso em: 14 abr. 2021

56 SÚMULA NORMATIVA Nº 12, DE 4 DE MAIO DE 2010. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=NzA=> Acesso em 14 abr. 2021

57 Nova regra para mudança de sexo no SUS contempla transexual masculino. Disponível em: <https://dp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/112179037/nova-regra-para-mudanca-de-sexo-no-sus-contempla-transexual-masculino> Acesso em 14 abr. 2021

58 Presidente Lula assina decreto e cria o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Disponível em: <https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/presidente-lula-assina-decreto-e-cria-o-dia-nacional-de-combate-a-homofobia.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021

59 Supremo Tribunal Federal reconhece união estável homoafetiva. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2011-mai-05/supremo-tribunal-federal-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva> Acesso em: 15 abr. 2021

60 RESOLUÇÃO CNPCP Nº 4, DE 29 DE JUNHO DE 2011

2013 - O Conselho Nacional de Justiça emite a Resolução 175 que obriga todos os cartórios do país a realizar, além das uniões estáveis, a conversão da união em casamento e a realização direta do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo⁶¹;

2013 - O Conselho Federal de Medicina publicou uma resolução que garante às pessoas homossexuais o direito de recorrer às diversas técnicas de reprodução assistida para terem filhos⁶²;

2013 - O Art. 17 da Lei Nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), determina que os jovens não sejam discriminados por sua orientação sexual⁶³;

2014 - O CNPCP e o CNCD/LGBT, mediante resolução conjunta, determinam que transexuais femininas e masculinas privadas de liberdade sejam encaminhadas para as unidades prisionais femininas⁶⁴;

2015 - Supremo Tribunal Federal reconhece a adoção por casais do mesmo sexo⁶⁵;

2016 - A presidente Dilma Rousseff assina decreto que garante o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional⁶⁶;

2017 - O STF decide que a união estável e o casamento possuem o mesmo valor jurídico em termos de direito sucessório, inclusive em uniões homoafetivas;

2018 - O MEC emite uma resolução que autoriza os estudantes travestis e transexuais a utilizarem o nome social nos registros escolares de todas as instituições da

61 Entenda o casamento gay em cartório. Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/entenda-o-casamento-gay-em-cartorio.html>. Acesso em: 15 abr. 2021

62 Entenda as novas regras de reprodução assistida. Disponível em:

<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/05/entenda-o-que-mudou-nas-normas-sobre-reproducao-assistida.html>. Acesso em: 17 mai. 2021

63 Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 27 abr. 2021.

64 Resolução define novos parâmetros para acolhimento da comunidade LGBT nas prisões.

Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/resolucao-define-novas-regras-para-acolhimento-da-comunidade-glb-t-em-unidades-prisionais>> Acesso em: 20 mai. 2021

65 Cármen Lúcia reconhece adoção, sem restrição de idade, por casal gay. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2015-mar-20/carmen-lucia-reconhece-adocao-restricao-idade-casal-gay>. Acesso em: 22 mai 2021

66 DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em: 22 mai. 2021

educação básica. Estudantes menores de idade precisam da autorização prévia dos pais ou responsáveis legais⁶⁷;

2018 - O Conselho Federal de Psicologia, por meio de resolução, define que a transexualidade não constitui transtorno mental⁶⁸;

2018 - O presidente Michel Temer assina o decreto Nº 9.278, onde estabelece um novo modelo nacional de carteira de identidade (RG) - que passa a permitir a inclusão do nome social utilizado por travestis e transexuais⁶⁹;

2018: O TSE publica a Resolução Nº 23.562, que garante aos eleitores travestis e transexuais o direito de utilizar no título eleitoral seu nome social e a sua identidade de gênero⁷⁰;

2018 - O STF autoriza que transexuais e travestis alterem o nome e o gênero no registro civil sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial. A partir dessa decisão, todos os transexuais e travestis maiores de idade podem alterar os seus documentos indo a um cartório, não se exigindo nada além da manifestação de vontade do indivíduo⁷¹;

2019 - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprova súmula que proíbe envolvidos em casos de agressão contra pessoas LGBT de exercer a profissão de advogado no Brasil⁷²;

2019 - O STF determina que a discriminação contra pessoas LGBT seja enquadrada nos crimes previstos na Lei Nº 7.716/1989 (Lei do Racismo), que prevê penas de até

67 Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/30000-uncategorised/61941-nome-social>. Acesso em 20 mai. 2021.

68 RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf. Acesso em: 23 mai. 2021.

69 DECRETO Nº 9.278, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9278.htm. Acesso em: 25 mai. 2021

70 TSE publica portaria que regulamenta a inclusão do nome social no cadastro de eleitores. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-publica-portaria-que-regulamenta-a-inclusao-do-nome-social-no-cadastro-de-eleitores>. Acesso em 24 mai. 2021.

71 STF confirma que transexual pode alterar registro civil sem cirurgia. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/stf-confirma-que-transexual-pode-alterar-registro-civil-sem-cirurgia#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20\(STF,judicial%20ou%20diretamente%20no%20cart%C3%B3rio](https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/stf-confirma-que-transexual-pode-alterar-registro-civil-sem-cirurgia#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF,judicial%20ou%20diretamente%20no%20cart%C3%B3rio). Acesso em: 25 mai 2021

72 Agressores de pessoas LGBT não podem se inscrever na OAB, decide Conselho. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-12/agressores-pessoas-lgbt-nao-podem-inscrever-oab>. Acesso em 27 mai. 2021.

5 anos de prisão, até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional⁷³;

2019 - O SUS passa a realizar a cirurgia de redesignação sexual do tipo vaginectomia e metoidioplastia com vistas à transgenitalização feminino para masculino, mas apenas em caráter experimental e mediante decisões judiciais⁷⁴;

2020 - O STF declara inconstitucional e suspende as normas do Ministério da Saúde e da Anvisa que exigiam aos homens homossexuais e bissexuais a abstinência sexual de um ano para doarem sangue⁷⁵;

2020 - A Secretaria de Trabalho e Previdência Social do Ministério da Economia e a DPU, autorizam os trabalhadores travestis e transexuais a utilizarem o nome social na Carteira de Trabalho⁷⁶;

2020 - O CNJ aprova uma resolução que autoriza os transexuais e travestis privados de liberdade a cumprir pena em presídios destinados aos gêneros com os quais se identificam e, uma vez determinado isso, se preferem a detenção no convívio geral ou em alas ou celas específicas. A norma também prevê que LGBT cisgêneros, uma vez condenados a cumprir pena no presídio destinado ao seu gênero, decidam se querem ficar em alas ou celas destinadas ao público LGBT. As normas também são aplicadas aos adolescentes LGBT em cumprimento de medida socioeducativa⁷⁷;

2021 - O STF, em decisão monocrática de Gilmar Mendes, determina adoção de medidas para garantir que pessoas transexuais e travestis tenham acesso a todos os tipos de tratamento disponíveis no SUS independentemente de sua identidade de gênero⁷⁸.

73 Orgulho LGBTQI+: conheça avanços e direitos conquistados nos últimos 50 anos de luta. Disponível em: <https://www.to.gov.br/cidadaniaejustica/noticias/orgulho-lgbtqi-conheca-avancos-e-direitos-conquistados-nos-ultimos-50-anos-de-luta/5edj4wa3bl98>. Acesso em 28 mai. 2021.

74 Diário Oficial da União. Portaria nº 1.370, de 21 de Junho de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.370-de-21-de-junho-de-2019-167267426>. Acesso em: 26 mai. 2021.

75 STF declara inconstitucionais normas que proíbem gays de doar sangue. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-09/stf-derruba-normas-proibem-homens-gays-doar-sangue>. Acesso em 25 mai. 2021.

76 Acordo celebrado pela AGU possibilita uso de nome social na Carteira de Trabalho. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/acordo-celebrado-pela-agu-possibilita-uso-de-nome-social-na-carteira-de-trabalho>. Acesso em: 23 mai. 2021.

77 DJe/CNJ nº 335/2020, de 15/10/2020, p. 12-17. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>. Acesso em: 28 mai. 2021.

78 SUS deve adotar medidas em respeito à identidade de gênero de pessoas trans e travestis. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468417&ori=1>. Acesso em: 26 mai. 2021.

É possível observar conquistas significativas para a comunidade LGBTQ+ que expressam força e uma grande capacidade de articulação, porém percebe-se também uma situação de inefetividade de direitos e violência, sobretudo sobre a parcela mais pobre e periférica dos LGBTQ+, principalmente neste momento em que o conservadorismo também cresce e o poder judiciário é, muitas vezes, atravessado por pressões conservadoras. É necessário a compreensão de que a maioria desses direitos conquistados foram concedidos somente no âmbito judiciário, e não em forma de legislações, como deveria ser. Uma decisão judicial é muito mais fácil de se alterar do que uma lei no sentido formal, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidência da República. A medida em que o movimento vai reivindicando mais direitos, no legislativo vai crescendo uma bancada fundamentalista, associada a religiões, que vai interditando os debates, e que por mais que não consigam aprovar suas demandas, essa bancada consegue impedir os debates e o avanço de leis a favor da comunidade LGBTQ+, e por esse motivo é necessária a compreensão de que a comunidade ainda tem uma grande luta pela frente.

Sobre a criminalização da homofobia, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) não criou uma nova lei, mas interpretou a Lei 7716/89, conhecida como Lei Antirracismo. Inicialmente, o texto considerava crime a discriminação por raça e cor, posteriormente foram incluídas a intolerância religiosa e a xenofobia como crimes de racismo, e em 2019 o STF incluiu a homofobia e transfobia nesta Lei. Para o advogado Mario Solimene (2021), que atua principalmente em casos de Direitos Humanos, um dos maiores desafios para a aplicação desta lei é a resistência de parte dos policiais e a falta de consciência por parte da população, e que uma forma de atingir essa conscientização é através de campanhas educativas⁷⁹. A presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), advogada Marina Ganzarolli (2021), concorda sobre a necessidade de educar a população, indicando os aspectos culturais, sociais, morais e educacionais como principais obstáculos para a efetivação dos direitos LGBTQ+. A advogada ressalta que as instituições devem ser reformuladas e cita alguns exemplos:

79 Dois anos após LGBTQfobia ser criminalizada pelo STF, lei enfrenta barreiras. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2021/06/epoca-negocios-dois-anos-apos-lgbtqfobia-ser-criminalizada-pelo-stf-lei-enfrenta-barreiras.html>. Acesso em 02 jun. 2021.

"O STF disse que as pessoas transexuais podem mudar o nome diretamente no cartório, sem ação judicial. Mas essa população não consegue fazer isso por causa do preço e precisa entrar na Justiça pedindo a gratuidade. Uma mulher pode fazer reprodução in vitro com sua esposa, mas a Receita Federal não permite que o CPF da criança tenha o nome das duas mães." (GANZAROLLI, Marina. 2021)⁸⁰

Para Ganzarolli (2021), é necessário ações educativas e agentes públicos mais capacitados em todas as áreas da sociedade para atingir plenamente a garantia dos direitos.

O momento atual é de extrema gravidade, tanto do ponto de vista político, com uma série de ameaças contra a democracia e iminentes ameaças aos direitos, como também do ponto de vista social, pois o Brasil é considerado o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, segundo os dados do Grupo Gay da Bahia:

"A cada 36 horas um LGBT brasileiro é vítima de homicídio ou suicídio, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, informação corroborada e ainda mais agravada pelos estudos do próprio Ministério dos Direitos Humanos: em relatório engavetado pelo atual Governo Federal, concluiu-se que em nosso país, entre 1963-2018, a cada 16 horas um LGBT foi assassinado" (Grupo Gay da Bahia, 2021)⁸¹

Considerando os dados alarmantes relacionados aos crimes contra LGBT+ e sobre a atual situação política e social, faz-se necessário refletir sobre a postura do turismo em relação à essa parcela da população, pois ao pesquisar sobre o turismo LGBT+, é encontrado apenas dados relacionados ao alto retorno econômico que a comunidade movimenta nesse setor, que segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2017)⁸², o público LGBT+ representa 10% do total de viagens mundiais, movimentando US \$180 bilhões (15% do faturamento do setor). Em São Paulo, apenas com a Parada de 2019 foram movimentados R\$ 403 milhões, mas não se vê nenhuma ação dos órgãos governamentais de turismo voltado para a melhoria da

80 Dois anos após LGBTQfobia ser criminalizada pelo STF, lei enfrenta barreiras. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2021/06/epoca-negocios-dois-anos-apos-lgbtqfobia-ser-criminalizada-pelo-stf-lei-enfrenta-barreiras.html>. Acesso em 02 jun. 2021.

81 Grupo Gay da Bahia. Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/> Acesso em: 15 jun. 2021.

82 World Tourism Organization (2017), Affiliates Members Global Reports, Volume fifteen – Second Global Report on LGBT Tourism, UNWTO, Madrid. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284418619>>. Acesso em 25 de 2021.

qualidade de vida dessa parcela da população, ou ao menos realizando uma divulgação adequada sobre as características da comunidade LGBTQ+, suas demandas e representações como ator social.

5. Contribuições do turismo à comunidade LGBTQ+

Neste capítulo aborda-se a forma como as organizações públicas do turismo paulistano vem divulgando o turismo LGBTQ+ na cidade, e se têm feito alguma ação em prol desse segmento.

Analisando-se, primeiramente, os canais utilizados pela São Paulo Turismo (SPTuris), empresa oficial de turismo e eventos da cidade de São Paulo, para promoção do turismo LGBTQ+ na cidade. A empresa oferece um site (<https://lgbt.spturis.com.br/>) voltado para esse público, onde indica opções de Cultura, Compras, Gastronomia, Noite, Eventos, Diversão e TOP10 (10 atrativos imperdíveis). Contudo, apesar de o potencial comunicador que o site possui, o mesmo utiliza expressões restritivas e até mesmos preconceituosas como “público gay”, “atrações GLS”, “evento gay”, “experiências homossexuais” e “point-gay” para se referir a locais frequentados por LGBTQ+, e não menciona nada sobre a história LGBTQ brasileira, nem mesmo as que ocorreram na cidade de São Paulo. A única menção sobre a Parada do Orgulho resume toda a representatividade a *uma divertida animação*, conforme a citação abaixo:

“Além de todos os atrativos da cidade, São Paulo recebe cerca de 90 mil eventos por ano, muitos deles dedicados ao público GLS, como a Parada do Orgulho LGBTQ, considerada uma das maiores do mundo, que, além de lutar contra a homofobia, atrai gays, simpatizantes e curiosos em uma divertida animação em meio à Avenida Paulista.” (Guia LGBTQ, SPTuris, s/a)

Essa abordagem que a SPTuris faz acerca da Parada do Orgulho LGBTQ+ é bastante rasa e sem fundamentação acerca do que o evento é e do que ele representa para a comunidade LGBTQ+, desconsiderando toda a história e objetivo do evento, resumindo-o a uma *divertida animação*. Essa interpretação pode ser considerada estereotipada, já que resume todos os integrantes do movimento LGBTQ ao *gay animado*, mencionando somente *gays, simpatizantes e curiosos* na *animação*. Um

guia que poderia ser utilizado para conscientização acerca das especificidades e história da comunidade, aliando-se ao movimento e visando o desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida dessa parcela da população, optou por resumir toda a luta em estereótipos que deveriam ser combatidos, e não incentivados.

Essa forma de divulgação não gera um comportamento consciente ao turista, já que não aborda a comunidade com responsabilidade social, transparecendo um olhar excludente e estereotipado do turismo acerca dessa comunidade.

O site também não faz nenhuma referência aos eventos que ocorrem no mês da diversidade, perdendo uma oportunidade de divulgação dessas atividades, bem como suas motivações políticas e sociais. Essa falta de reconhecimento e de divulgação dessas atividades reflete a carência de comprometimento do poder municipal com o planejamento e organização desse megaevento, que apesar de seu reconhecimento internacional e de movimentar milhões de reais, não possui reconhecimento no Plano de Turismo Municipal Cidade de São Paulo (PLATUM, 2011 - 2014), ou, em âmbito estadual, no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Estado de São Paulo (20-30).

A SPTuris também oferece de forma online e gratuita um guia voltado para o público LGBT+, intitulado *Guia da Diversidade de São Paulo*, feito em parceria com as ONGs Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (ABRATGLS), Central de Informações Turísticas (CITGLS) e Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual (CADS). Este guia aparece na primeira página do Google ao pesquisar “Guia LGBT em São Paulo”, e também em downloads no site da SPTuris. O guia feito em 2011 tem conteúdo bastante problemático, mesmo considerando que foi feito há 10 anos, pois além de expressões limitantes, veicula diversas propagandas de saunas e casas de massagens masculinas, com imagens de homens sem camisa (figuras 16 e 17), limitando o público LGBT+ apenas ao homem gay frequentador de saunas, e também conta com propaganda de um “plano de saúde LGBT” com tratamentos para HIV, hemorroida, tumor anal, fístula, dor anal, entre outras absurdidades (figura 18).

Figura 16 – Página 25 do guia da diversidade de São Paulo.



Fonte: guia da diversidade, 2010.

Figura 17 – Página 31 do guia da diversidade de São Paulo.



Fonte: guia da diversidade, 2010.

Figura 18 - plano de saúde LGBT na página 19 do guia da diversidade.

Dr. Paulo Branco

Saúde
Tratamento com laser:
HIV
Hemorróida
Fístula
Fístula
Cisto Pilonidal
Fimose
Infecção de Vagina
Tumores de pele e anal
Dor anal:
Tratamento médico-fisioterápico
Suplemento Esportivo:
Com acompanhamento médico

Estética Facial
Bioplastia
Nariz
Bigode Chinês
Queixo
Maca do Botox
Ângulo da Mandíbula
Botox

Plano de Saúde LGBT
Inscreva-se
(11) 8666.3281

Guia da Saúde LGBT (no site)
Livro - Manual do Amor gay
Adquira o seu através do e-mail:
paulobranco@terra.com.br

www.medicinaintegrada.med.br

19

Fonte: guia da diversidade, 2010.

É muito delicado que um guia turístico voltado para a comunidade LGBT+ tenha propagandas estigmatizadas, e as mensagens incitem preconceitos, e desconsiderem toda uma luta de mais de 40 anos por respeito e contra estereótipos resultantes de uma sociedade predominantemente heterossexual. Apesar de o guia ter sido feito em 2010, ele ainda está sendo disponibilizado pela SPTuris.

O turismo LGBT é mencionado no PLATUM 19-21, mas não há aprofundamento de nenhuma discussão ou detalhamento sobre esse segmento, sendo citado somente como objetivo o fomento e apoio ao turismo LGBTI existente, sem qualquer plano de ação especificado⁸³.

Na análise desses materiais de divulgação, nota-se uma falta de comprometimento com a comunidade LGBT+, sobretudo acerca de sua história e luta, perdendo-se assim um dos potenciais mais relevantes do turismo, que é seu caráter transformador. É importante que os órgãos públicos de turismo tenham papel ativos no planejamento e promoção do turismo LGBT+ de São Paulo, para que o mesmo ocorra de maneira consciente e responsável, considerando todas as especificidades desse segmento, que não deve ser olhado somente pelo seu potencial de gerar lucro,

83 PLATUM - Plano de Turismo Municipal - Cidade de São Paulo - 2019 / 2021. p. 66

já que trata-se de uma comunidade ampla e repleta de particularidades. Visando uma divulgação consciente e responsável do turismo acerca desse segmento, podemos atingir a conscientização sociopolítica como contraponto das desigualdades sociais, utilizando o discurso de promoção do turismo LGBTQ+ como instrumento de transformação do homem e da sociedade, como menciona Freire (1967). Esses elementos de conscientização promovidos através do discurso responsável que o turismo pode promover, deveriam ser adotados pela comunicação da SPTuris para esclarecer sobre a luta e especificidades da comunidade LGBTQ+, aliando-se a luta da comunidade na geração de uma sociedade mais justa e igualitária, e portanto, contribuindo para a qualidade de vida dessa população.

Sobretudo em uma sociedade que violenta LGBTQ+ diariamente, especialmente as pessoas transsexuais e travestis, que é considerado o grupo mais vulnerabilizado, marginalizado e violentado dentro a comunidade LGBTQ+, o turismo não deve se manter omissa a esses altos índices de violência, que expõem que somente no primeiro semestre de 2021, foram 89 mulheres trans e travestis assassinadas de forma violenta (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021), o turismo deve assumir a responsabilidade ética e social, como indica Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017), e comprometer-se com seu papel no desenvolvimento humano. Para os autores, uma forma barata e importante de opressão é, precisamente, manter as pessoas alienadas e manipuláveis, portanto, omitindo-se e isentando-se acerca de tais dados, e sobretudo, acerca dos 40 anos de luta que a comunidade vivencia para garantir seus direitos básicos, alia seu discurso a neutralidade, e, portanto, colabora com o discurso dominante e opressor. É necessário investigar o processo de construção de comunicação desses materiais, como ele ocorre e quem participa dele, para uma melhor compreensão acerca da responsabilidade dos setores, pois não trata-se apenas dos órgãos de turismo, mas também das ONGs envolvidas na elaboração dos mesmos.

Segundo Vitor Madrigal, especialista independente das Nações Unidas em Proteção contra a Violência e a Discriminação com Base na Orientação Sexual e na Identidade de Gênero, o Brasil deve:

“Adotar iniciativas que busquem ativamente reeducar e conscientizar a população geral para transformar a percepção danosa e equivocada de que pessoas LGBTQ+ são imorais, criminosas ou doentes. (...) A função primordial de uma nação deve ser proteger e proporcionar o bem-estar social de todos os cidadãos,

independente de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.” (MADRIGAL, V. 2021)

Esse processo educacional e conscientizador apontado pelo especialista, alia-se à proposta de Paulo Freire (1967), que menciona que somente através da educação é que possamos contrapor as desigualdades sociais, sendo o discurso um importante instrumento de conscientização do homem e, portanto, da sociedade. Esse elo entre educação e turismo pode ser ainda mais aproveitado se incluir a academia na discussão para elaboração dos próximos materiais de turismo, fortalecendo e ampliando esse debate, e fortalecendo o elo entre o turismo LGBTQ+ e os pesquisadores do turismo.

6. Turismo como comunicador social

O turismo pode ser analisado a partir de diferentes ângulos, e o comumente usado trata de sua importância econômica, uma vez que o setor é uma das principais fontes de renda em cidades, estados e países. Entretanto há uma análise mais abrangente a ser feita, referente à responsabilidade social do turismo no desenvolvimento humano. O lazer permite que o indivíduo volte sua atenção no geral, no público, através da observação de sua própria autonomia como cidadão. O espaço é “não somente organizado e instituído, ele é modelado, apropriado por este ou aquele grupo de acordo com suas demandas, ética e estética, sua ideologia” (Lefebvre, 2008, p 82, apud MISOCZKY, 2018). Essa tendência é de fácil compreensão: a mesma atividade de lazer, estando perto ou longe de casa pode ter impactos distintos. O lazer permite, ao turista, observar melhor o que está acontecendo na sociedade ao redor, e isso gera desenvolvimento de consciência, que é expandido e aplicado à realidade do indivíduo a partir desta experiência. O turismo, se abordado de maneira responsável, tem caráter educativo e potencial para gerar mudanças de comportamento, e uma vez que através dele é possível refletir sobre o papel de cada um como membro de uma comunidade. Segundo Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017), trata-se de um processo que permite o possível desenvolvimento de uma consciência crítica que se opõe à ignorância e à opressão, porque o turista vivencia uma realidade distinta de

sua habitual. Para Pinto (2008), a educação para a autonomia proposta por Freire deve ser aplicada ao lazer.

Apesar da maioria das pesquisas acerca do turismo LGBTQ+ estarem ligadas ao potencial econômico do movimento, é importante abordar o olhar desse segmento voltado ao autoconhecimento, por meio da difusão de conhecimentos sobre a história do movimento, pois através do conhecimento histórico é possível atingir uma elevação da consciência e capacidade crítica, que compreende também um aspecto de afeto aos espaços a partir da percepção dos lugares onde se vive.

Segundo Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017), o turismo, em especial o lazer, tem sido um importante agente de reflexão e desenvolvimento da consciência. É em bares, rodas de conversa, danceterias, que esse reconhecimento coletivo dá origem a uma comunidade que pode se impor e exigir seus direitos para adotar atitudes genuínas de quem se é, de fato. Para os autores,

“O papel do turismo neste conceito de desenvolvimento, então, seria o de contribuir para a expansão da conscientização, da autonomia e, por conseguinte, das liberdades individuais substantivas que possibilitam aos sujeitos exercerem cidadania, governarem as ações de construção das próprias sociedades”. (Fazito, et al. 2017, p. 15)

A partir desse olhar, busca-se enfatizar a responsabilidade das organizações voltadas ao turismo LGBTQ+ em abordar aspectos históricos, éticos e adequados à causa defendida, ao realizarem o planejamento e promoção desse segmento, visando a construção de consciência, de autoconhecimento, no resgate histórico às pessoas e aos locais de luta, de afeto as origens, para então promover a consciência libertadora que o turismo pode proporcionar.

7. Considerações finais

As discussões pautadas nessa pesquisa tiveram como intuito analisar o planejamento e discursos promovidos pelos órgãos de turismo para promoção do turismo LGBTQ+ de São Paulo, considerando sua responsabilidade social voltada à conscientização dos indivíduos.

Para uma maior compreensão das especificidades dessa população, foi feito um breve histórico do movimento LGBTQ+ brasileiro, e após o entendimento do que essa história representa e significa, foi feita uma análise dos materiais de divulgação oferecidos pela SPTuris para promoção desse segmento, constatando-se a ausência de conteúdos acerca da história LGBTQ+ brasileira, desconsiderando sua luta para conquista e manutenção de direitos, e também a falta de comprometimento com as especificidades desse grupo social, mantendo muitas vezes um discurso estereotipado, fortalecendo o preconceito, em vez de combatê-lo. Além disso, não foi identificado nenhum aprofundamento acerca da comunidade LGBTQ+ nos Planos de Turismo de São Paulo, tanto Municipal como Estadual.

Para tanto, entende-se que é importante que os órgãos públicos de turismo tenham papel ativos no planejamento e promoção do turismo LGBTQ+ de São Paulo, e que busquem planejá-lo e divulgá-lo considerando sua história, valores e especificidades, para que o mesmo ocorra de maneira consciente e responsável, visando o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida dessa população, aliando-se a causa dessa comunidade que já vivencia tanto preconceito e que sofre com a violência, buscando ampliar seu olhar que, até o momento, é voltado somente para questões financeiras, sendo possível observar um ganho na dimensão econômica e perda da dimensão social que o turismo LGBTQ+, sobretudo a Parada do Orgulho, obteve nos últimos anos.

Aponta-se aqui para que para futuras pesquisas acerca do turismo LGBTQ+ busquem explorar o potencial do turismo como aliado da causa LGBTQ+, voltando-se à conscientização da população sobre a importância de uma sociedade justa e igualitária, abrangendo a história e particularidades desse grupo tão amplo. Outra importante linha de pesquisa é buscar compreender como os atores envolvidos no turismo LGBTQ+ paulista, e em sua divulgação, se relacionam, e buscar entender o processo de construção dessa comunicação. É importante analisar o potencial do

turismo no desenvolvimento humano, sobretudo como aliado ao pensamento crítico dos indivíduos, com objetivo principal de um mundo melhor a todos, sem distinção.

8. Referências

BAUSUM, Ann. *Stonewall: Breaking Out in the Fight for Gay Rights*. New York: Penguin Group, 2015.

BENEVIDES, B. NOGUEIRA. S. Boletim Nº 002-2021. 2021. Antra - Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. 2021.

CAETANO, NASCIMENTO E RODRIGUES. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 279-295

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro/. Academia Avançada, 2002.

CAMARGOS, Moacir. O Surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 421-434

CARNEIRO, Ailton J S. A Morte da Clínica: Movimento Homossexual e Luta pela Despatologização da Homossexualidade no Brasil (1978-1990). XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015. Santa Catarina, SC, Brasil.

CARVALHO, Ketryn. Chanacomchana: Conheça a história do Stonewall brasileiro. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cultura/chanacomchana-conheca-a-historia-do-stonewall-brasileiro>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

CARTER, David. *Stonewall: the riots that sparked the gay revolution*. New York: St. Martin's Press, 2005.

Centro João Antônio Mascarenhas de Memória do Ativismo LGBTI. Disponível em; <https://neps.ufes.br/centro-de-memoria-lgbti-joao-antonio-mascarenhas>. Acesso em: 23 abr. 2021.

PÕE NA RODA. Como aconteceu a 1ª Parada LGBT de São Paulo em 1997? – Põe na Roda. 2020. (18m58s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwFpN1zqdYg>. Acesso em: 24 mai. 2021.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL. *Diversidade Sexual e Cidadania LGBT*. São Paulo: SJDC/SP, 2014. 44p.

COSTA, R. Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: o caso do jornal O Snob (Rio de Janeiro, década de 1960). *Revista Tempo e Argumento*, vol. 2, núm. 2, pp. 61-92, 2010.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, 10(18/19). 2010

FACCHINI, R. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.

FAZITO, M.; RODRIGUES, B.; NASCIMENTO, E.; PENA, L.C S. O papel do turismo no desenvolvimento humano. Paper do NAEA 371, 2017.

FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 28, 2007, p. 289 - 311

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GORISCH, P. C. V. S. O Reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos. 2013. 122 p. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2013.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

GREEN, James N. Homossexualidades e a História: Recuperando e entendendo o passado. *Niterói*, v.12, n.2, p. 65-76. 2012

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório: observatório de mortes violentas de LGBTI no Brasil em 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil, 2003. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2516/1926>. Acesso em: 23 jun. 2021

MACRAE, E. *O Militante Homossexual no Brasil da Abertura*. 1985. 218 f. Tese (Doutorado em antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MADRIGAL, V. Mensagem à Câmara dos deputados do Brasil. Disponível em: https://twitter.com/victor_madrigal/status/1407744486726328320>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MIDIA NINJA. Maior do mundo: confira as imagens da 23ª Parada do Orgulho LGBT de SP. Disponível em:

<https://midianinja.org/news/a-maior-do-mundo-confira-as-imagens-da-23a-parada-do-orgulho-lgbt-de-sp/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

MISOCZKY, M. OLIVEIRA, C. A cidade e o urbano como espaços do capital e das lutas sociais: notas sobre a duradoura contribuição de Henri Lefebvre. Artigo: Edição especial. Rev. Adm. Pública 52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170122>. Acesso em: 14 mai. 2021.

MONTEIRO, A. L.; VILLELA, W. V. A criação do Programa Nacional de DST e Aids como marco para a inclusão da ideia de direitos cidadãos na agenda governamental brasileira. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100003. Acesso em: 04 abr. 2021.

O CORSA — Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor. Disponível em: <http://corsa.wikidot.com/quem-somos>. Acesso em: 04 abr. 2021.

PINTO, L. Lazer e Educação: os desafios da atualidade. In N. Marcellino (Ed.), Lazer e Sociedade: múltiplas relações (pp. 11–26). Campinas: Alinea. 2008.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 122, de 2006 - (CRIMINALIZA A HOMOFOBIA). Senado Federal, [2014?]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acesso em: 29 mai. 2021.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Parada do Orgulho de São Paulo vai para o GuinnessBook. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/parada-lgbt-de-sp-no-guinness-book>. Acesso em: 12 jun. 2021

PORTAL FOLHA. Por decreto, Haddad inclui Parada Gay de SP no calendário oficial da cidade. Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1774548-por-decreto-haddad-inclui-parada-gay-de-sp-no-calendario-oficial-da-cidade.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PORTAL SÃO PAULO. Guia LGBT. Disponível em: <https://lgbt.spturis.com.br/> Acesso em: 11 mar. 2021.

PORTAL UOL. Parada Gay de SP vende ingresso a R\$ 340 para trio elétrico oficial. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/05/11/com-menos-patrocinio-parada-gay-vende-ingresso-em-trio-eletrico-oficial.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

QUINALHA, R. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014. 7 98º audiê

SÃO PAULO. Conheça as normas da Prefeitura que regulam as apresentações de artistas de rua. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=280669>. Acesso em 12 abr. 2021.

Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ZANATTA, E. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na Década de 80. 1997. p. 203.